

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
ESCOLA SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA
ESCOLA DE OFICIAIS

CADETE PM ANDRÉ FELIPE PEREIRA KOVALCZYKOWSKI
CADETE PM GILBERTO OLIVEIRA CÂMARA JUNIOR
CADETE PM JOSÉ VILSON PEREIRA DA GAMA
CADETE PM MARCUS VINICIUS STUQUI MASTINE
CADETE PM RENAN FERREIRA

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO:
PESQUISA SOCIOGRÁFICA NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA**

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2013

POLÍCIA MILITAR DO PARANÁ
DIRETORIA DE ENSINO E PESQUISA
ACADEMIA POLICIAL MILITAR DO GUATUPÊ
ESCOLA SUPERIOR DE SEGURANÇA PÚBLICA
ESCOLA DE OFICIAIS

CADETE PM ANDRÉ
CADETE PM CAMARA
CADETE PM FERREIRA
CADETE PM MASTINE
CADETE PM VILSON

**POLICIAMENTO COMUNITÁRIO:
PESQUISA SOCIOGRÁFICA NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA**

Trabalho Acadêmico apresentado como requisito final para a conclusão da disciplina Prática de Policiamento Comunitário, ministrada pelo Sr. 1º Ten. Durante, do Curso de Formação de Oficiais Policiais Militares da PMPR.

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS
2013

RESUMO

Visto a necessidade da aproximação entre a polícia militar e a comunidade, o presente trabalho tem por objetivo analisar a percepção da população acerca dos problemas encontrados no bairro do Capão da Imbuia e prever melhorias que possam ser visualizadas, favorecendo uma melhor interação e evidenciando o conceito de policiamento comunitário com a população. Tal conceito engloba a atuação conjunta entre representantes locais do bairro, moradores, membros atuantes dos Conselhos Comunitários de Segurança, bem como todos os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, visando assim a diminuição da criminalidade a partir da prevenção do ato delituoso. Utilizando como base setenta e cinco questionários com 19 (dezenove) questões, aplicadas em forma de entrevista, com moradores e comerciantes da região, foi realizada a análise quali-quantitativa, sendo os dados posteriormente tabulados e apresentados. A tabulação dos dados teve como referência o método G.U.T (Gravidade, Urgência e Tendência) para a priorização de estratégias e construção do Diagrama de Causas e Efeitos. Além disso, foram apresentados os planos de ação para os crimes de roubo, furto, infração de trânsito, tráfico de drogas e lesão corporal, os quais foram os principais problemas encontrados no bairro.

Palavras-chave: policiamento comunitário, Capão da Imbuia, polícia militar.

ABSTRACT

Seen the necessity of closer ties between the military police and the community, this paper intends to analyze the perception of the people about the problems found in the neighborhood of the Capão da Imbuia and predict improvements that can be displayed favoring a better interaction and showing the concept of community policing with the population. This concept involves the joint action between local representatives of neighborhood residents, active members of the Security Community Councils, as well as all the agencies responsible for public security, thus aiming at the decrease of crime, preventing the criminal act. Using as a basis a questionnaire with nineteen (19) questions, applied in the form of interviews with residents and businesses in the region, we performed qualitative and quantitative analysis, and the data was tabulated and presented. The data compilation was to reference the GUT method (Severity, Urgency and trend) for prioritizing strategies and Construction Diagram Causes and Effects. In addition, action plans for the crimes of burglary, robbery, traffic violation, drug trafficking and injury, which were the main problems encountered in the neighborhood were presented.

Key-words: community policing, Capão da Imbuia, military police.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
CAPITULO I.....	6
1.1 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO.....	6
1.2 POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E CIDADANIA.....	9
1.3 CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA.....	16
CAPITULO II.....	22
2.1 APRESENTAÇÃO DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA.....	22
2.1.1 Aspectos Físicos.....	23
2.1.2 Aspectos Históricos.....	24
2.1.3 Demografia.....	24
2.1.4 Economia.....	25
2.1.5 Educação.....	28
2.1.6 Saúde.....	28
2.1.7 Esporte, Lazer e Meio Ambiente.....	29
2.1.8 Segurança.....	29
CAPITULO III.....	30
3.1 ANÁLISE DOS PROBLEMAS.....	30
3.2 DIAGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS.....	41
3.3 MÉTODO G.U.T.....	41
3.4 DIAGRAMA DE ISHIKAWA.....	42
3.4 PLANOS DE AÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO	48
METODOLOGIA.....	53
CONCLUSÃO.....	56
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	59
ANEXO.....	63

INTRODUÇÃO

A banalização da violência urbana e os crescentes índices de criminalidade amedrontam cada vez mais a população brasileira. Não se vive hoje sem o medo constante da agressão física ou moral, não se consegue mais estabelecer um sentimento de segurança plena.

O quadro se agrava com a constatação da dificuldade da polícia em controlar ou diminuir essa onda de violência utilizando-se do sistema tradicional de Segurança Pública. Isso porque a ação isolada das diversas forças policiais e o policiamento repressivo, feito exclusivamente por homens fardados, caracterizado pelo excesso de burocracia e pela má formação dos policiais, já não é suficiente.

Conhecer e estudar o contexto social constitui o primeiro passo na luta contra a violência. Mas não basta, é preciso o engajamento sincero e comprometido dos que acreditam na mudança, para que se elaborem medidas realmente eficazes e possíveis de serem executadas.

Nessa busca pela construção de uma nova consciência é que se pretende dar ênfase à responsabilidade da sociedade pela segurança pública, prevista no art. 144 da Constituição Federal. Para tanto, revelam-se primordiais os programas de policiamento comunitário, que estreitam as relações entre a polícia e a comunidade e incentivam uma política de segurança preventiva.

Observando o trabalho dos conselhos comunitários, verifica-se a real possibilidade de discussão entre a comunidade e os agentes de segurança acerca dos problemas locais. É uma atividade que viabiliza a mediação de conflitos, a proposta de soluções por quem mais conhece as dificuldades cotidianas, o monitoramento das atividades policiais, bem como a elaboração conjunta da política de segurança e de prevenção do crime. Ademais, o policial revela-se amigo da população, gerando a confiança mútua essencial ao combate à criminalidade.

Diante disso, e com o intuito de encontrar soluções efetivamente fortes, foi feita uma abordagem dentro da área do 20º Batalhão de Polícia Militar, em específico no bairro Capão da Imbuia, onde se buscou “in loco” os problemas de segurança pública no bairro. Também se investigou a presença dos seis grandes (Organização Policial, Comunidade, Autoridades Constituídas, Comunidade de Negócios, Organismos Comunitários e Imprensa) dentro do bairro. Para se analisar os dados coletados e estabelecer os problemas prioritários foi utilizado o método

GUT (Gravidade, Urgência e Tendência), dentre os problemas encontrados foi construído o Diagrama de Ishikawa para encontrar as causas desses problemas.

Ciente de que não existem fórmulas milagrosas para combater os problemas sociais, pretende-se, pois construir um plano de ações para o policiamento e medidas sócio comunitárias voltadas para os problemas priorizados no local estudado, assim sendo contribuindo para uma melhoria na segurança dos cidadãos.

A partir da conjugação de esforços e do apoio da ação da sociedade civil organizada, espera-se que a sensação de segurança e qualidade de vida da comunidade melhore.

CAPÍTULO I

1.1 - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

O aparecimento deste modelo de policiamento remonta à Polícia Metropolitana de Londres, fundada em 1829 por Robert Peel, que baseava a sua intervenção numa base consensual e com pouca necessidade de utilização da força – “Policing by consent”. Porém, considera-se que foi na década de 70 do século passado, nos estados anglo-saxónicos detentores de sistemas policiais descentralizados, onde foram adaptadas as primeiras reformas organizacionais com um modelo de policiamento comunitário.

O policiamento comunitário sendo uma filosofia de policiamento que pressupõe a participação dos cidadãos na identificação e resolução de problemas, em que a redução do medo do crime em meio urbano passará por um trabalho conjunto que envolve a participação da comunidade (Bondaruk e Souza, 2007). Ressalva-se que o conceito de comunidade, fortemente criticado no meio académico pelo seu carácter polissêmico e vago é, entendido como o quadro natural de interesses partilhados e de identidade dos cidadãos num determinado território, constituindo-se como fonte de influência e de poder, da qual emana a capacidade e a representação, ou o seu contrário.

O policiamento comunitário assenta em três bases teóricas principais, a teoria do patrocínio normativo, a teoria do broken windows e a teoria social crítica. A teoria do patrocínio normativo postula que a maioria das pessoas tem boa vontade e irão cooperar com as outras para facilitar a construção de consensos, sendo que quanto maior for a partilha de valores, crenças e objetivos comuns, maior será a probabilidade de concordarem com objetivos comuns que visem a melhoria dos bairros.

A teoria social crítica, centra-se em três ideias chave: esclarecimento - as pessoas devem ser esclarecidas sobre as circunstâncias antes dos processos de mudança; poder - as pessoas necessitam de agir para melhorarem as suas vidas e; emancipação - as pessoas podem-se emancipar através da reflexão e da ação social (Bondaruk e Souza, 2007:60).

Os estudos de Wilson, Kelling e Skogan, através da teoria do *broken windows*, revelam que as desordens e incivildades produzem impactos tão fortes na

vida das pessoas como os crimes, em que os receios provocados pelas incivildades, conduz a uma espiral de declínio em que as pessoas passam a evitar esses espaços públicos abandonados ao vandalismo, colapsando o comércio local que passa a ser substituído por alternativas marginais, tornando-se essas áreas um paraíso para os criminosos e um pesadelo para quem lá habita e não consegue sair para outro local. Esta abordagem enfatiza a importância do papel do controle social informal, em que são os vizinhos que ao deterem recursos sociais informais podem exercer o controle social, cabendo à polícia o papel de encorajar e apoiar estes métodos informais de controle social, quer apoiando a população de uma dada comunidade, quer em articulação com organizações (públicas e privadas) que nela intervenham (Waddington, 1999: 208).

Waddington (1999) refere os estudos de autores como Stephens e Becker que referem que em vez de se enfatizar a função da polícia de “controlar” os cidadãos, o policiamento comunitário evidencia também a forma como a polícia também “cuida” destes, referindo os quatro elementos identificados por Bayley em 1994 – através do anacronismo CAMP – que caracterizam o policiamento comunitário: consulta à população local (Consultation); adaptação dos métodos policiais às condições locais (Adaptation); mobilização da população local e organizações que atuem contra o crime e desordens (Mobilization) e resolução de problemas (Problem-solving).

Nos anos 70 do século passado verificou-se uma reforma das polícias nas sociedades ocidentais, designadamente nos Estados Unidos da América e Reino Unido e em paralelo uma reforma das polícias na sua articulação com as redes de serviço social, dando origem aos primeiros programas de policiamento comunitário. Em alguns países da Europa esta abordagem foi caracterizada mais como um policiamento de proximidade, divergindo em alguns aspectos do policiamento comunitário. Um olhar mais aprofundado para as dinâmicas estruturantes associadas a estes dois tipos de policiamento, revela-nos, porém, que são dois modelos diferentes. Com efeito, enquanto que no policiamento de proximidade, este tipo de policiamento reflete mais a própria relação entre a polícia e o Estado em que as polícias definem as suas prioridades mantendo as suas estruturas. No caso do policiamento comunitário, o conceito “comunitário” implica uma partilha indenícia entre a polícia e os parceiros de segurança, é “a qualidade do que é comum”, em

que os acontecimentos locais levam as organizações policiais a transformarem-se (Waddington, 1999).

Na análise de Monjardet ao policiamento comunitário, o autor refere que é depois dos anos 60 do século passado nos Estados Unidos da América que a criminalidade e os motins urbanos colocam em causa os modelos de policiamento tradicionais (1996: 249), quer à prevenção e dissuasão, quer ao nível do sentimento de insegurança. Foram, nesta altura, produzidos vários estudos de avaliação sobre a polícia e a procura de estratégias alternativas, das quais se destacam as que se enquadram no policiamento comunitário. O policiamento comunitário foi assim desenvolvendo-se a partir da discussão entre os dirigentes policiais e académicos, espalhando-se este tipo de policiamento por vários países enquanto um “iluminismo do pensamento policial” (Waddington, 1999:207).

Os estudos de Herman Goldstein e outros autores, nos EUA, entre os finais dos anos 70, década de 80 e 90 do séc. XX, conduziram ao “problem oriented policing” (POP), policiamento orientado para a resolução de problemas na comunidade, defendendo que a polícia em vez de se restringir aos sintomas das doenças sociais, crime e desordem pública, deveria dirigir a sua intervenção para as causas desses problemas sociais. Apesar das diferenças de terminologia entre “policiamento comunitário” e “policiamento orientado para a resolução de problemas”, ambos os modelos partilham bastantes afinidades podendo ser considerados o mesmo tipo de policiamento, uma vez que os problemas alvo são identificados pela comunidade, sendo os recursos da comunidade são mobilizados para a sua resolução. Na mesma altura, na Inglaterra, este tipo de policiamento veio reverter a tendência que se manifestava de uma polícia dependente da tecnologia e o regresso a um estilo de policiamento mais voltado para as prioridades dos residentes locais. O objetivo foi o de contribuir para o aumento da inclusão social e integração da população e conseqüentemente para a prevenção da criminalidade através destas influências sociais positivas. Este policiamento implicou assim uma maior aproximação à população e envolvimento da população no debate sobre a lei e a ordem pública e à cooperação entre a polícia e com organizações a nível local.

1.2- POLICIAMENTO COMUNITÁRIO E CIDADANIA

A Polícia Comunitária é instituto ainda insipiente, valendo urgentemente uma atitude reflexiva no âmbito de toda a sociedade, pois possui como finalidade o desenvolvimento social, conformando-se numa propositura preventiva para as agências policiais.

Somente se constrói uma sociedade mais equânime e com um bom nível de desenvolvimento social quando se pode andar pelas ruas com a tão procurada sensação de segurança, ou quando temos a certeza de que o medo do crime está sendo reduzido [...].

Num mundo em que existe uma enorme horda de excluídos, espera-se uma polícia mais humana, integrada com demais subsistemas, voltada à suplementação das dificuldades da existência humana. (SANTOS JR., 2009)

A sociedade brasileira possui a expectativa de que a violência e o crime devem ser tratados de maneira reducionista, desconsiderando que a ontogênese se encerra num processo complexo de variáveis multicausais.

Teza (2011, p. 141) assegura, sobre a expectativa da sociedade brasileira, o seguinte:

No Brasil, há uma insistência, tanto das autoridades como da mídia e da própria sociedade, em querer medir a segurança pública (sic) e a eficiência da polícia, genericamente, pelas suas ações repressivas e espetaculares. Essas ações repressivas geralmente são medidas pela quantidade de prisões efetuadas ou, o que é mais absurdo, pelos tiros disparados e pelas mortes de bandidos que ocorrem.

Nessa esteira de atuação, existem princípios a serem seguidos, prescritos pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), conforme a Figura 1.

Figura 1 – Princípios e fundamentos de Polícia Cidadã.

PRINCÍPIO	FUNDAMENTO
Filosofia e estratégia organizacional	O público-alvo é a comunidade. O cidadão passa ser o cliente.
Empowerment social	Os cidadãos devem participar como parceiros da polícia dos direitos e das responsabilidades envolvidas na identificação, priorização e solução dos problemas.

<p>Policciamento desconcentrado e Personalizado</p> <p>Resolução preventiva de problemas a curto e longo prazo</p> <p>Ética, legalidade, responsabilidade e confiança</p> <p>Amplitude do papel do policial</p> <p>Considera as diversidades sociais e Individualidades</p> <p>Preparo, coesão e espírito Empreendedor</p> <p>Mudança organizacional orientada para o entorno</p>	<p>Requer um policial plenamente comprometido com a comunidade, conhecido por ela e conhecedor da realidade social.</p> <p>A ideia é que o policial não seja mobilizado pela Central de Emergência, mas que seja proativo, antecipando-se à ocorrência.</p> <p>Presume-se um novo contrato entre a polícia e os cidadãos que ela atende, com base no rigor do respeito à ética policial, da legalidade dos procedimentos e da cumplicidade.</p> <p>Cada policial atua como um chefe de quartirão com base no <i>empowerment</i> e, por conseguinte, no <i>accountability</i>.</p> <p>Valorizar as vidas dos mais vulneráveis: jovens, idosos, minorias, pobres, deficientes, sem teto, dentre outros.</p> <p>Ser confiante nos demais policiais e cidadãos que fazem parte do CONSEG. Inovar com abordagens mais criativas os problemas da comunidade.</p> <p>O policiamento comunitário é sistêmico e engolfa todas as agências públicas e organizações privadas. É crucial uma mudança na estrutura, no treinamento e desenvolvimento de recursos humanos. É uma meta de longo prazo.</p>
<p>Perspectiva sistêmica o papel das agências policiais</p>	<p>Encorajar as pessoas a pensar na polícia como uma agência a ser utilizada para resolver problemas de sua comunidade.</p>

Fonte: Adaptado com base na SENASP (2008, p. 46).

Com os princípios prescritos perseguidos, o agente público terá um parâmetro pelo qual poderá atuar com maior eficácia e qualidade no serviço que lhe é designado, atuando de forma essencialmente preventiva.

O policial deverá conhecer a comunidade, suas características e dificuldades sociais. Por conseguinte, o cidadão será capaz de visualizar a atuação da polícia por outro ângulo, de forma que proporcionará segurança e confiança nos serviços públicos em geral, pois requer uma atuação sistêmica.

Garcia *et. al.* (2002) e OSCE (2008) asseveram que todos os segmentos da sociedade são essenciais na aplicação da filosofia de Polícia Cidadã, pois sem esse envolvimento sistêmico será impossível de se consolidar.

Para a consolidação da Polícia Cidadã todos devem estar unidos: polícia, mídia, autoridades públicas, comércio, instituições privadas, ONGs, ou seja, todos os entes que compõem a tessitura social. Em suma, quanto mais entidades envolvidas e comprometidas com seriedade no trabalho da polícia, melhores serão os resultados em prol da segurança pública e desenvolvimento social.

Williams (2003), Comack e Silver (2008) e Peterson (2010) asseguram a importância do comprometimento de cada um dos policiais e funcionários das agências policiais e da relevância do treinamento e desenvolvimento para engendrar maior eficácia e efetividade ao serviço.

Quando se fala em Polícia Comunitária como uma forma inovadora não se está tentando abolir o sistema policial tradicional, uma vez que se sabe que em inúmeras situações é crucial o emprego do paradigma reativo de atuação policial.

O intuito da Polícia Comunitária é prevenir e reduzir a criminalidade e a violência, postulando melhoria ao desenvolvimento humano de maneira integrada e sinérgica com as demais entidades sociais.

O Conselho Comunitário de Segurança é formado por um grupo de pessoas reunidas pelos interesses de uma determinada comunidade, o que é feito por meio de reuniões, em que podem discutir, propor e participar na resolução dos problemas de segurança de determinado bairro.

O Decreto-Lei n. 667, de 2 de julho de 1969, alterado parcialmente pelo Decreto-Lei n. 2.010, de 12 de janeiro de 1983, estabelece as duas essências de atuação da Polícia Militar: a primeira, a atividade policial propriamente dita, de caráter estritamente civil, delegando à Polícia Militar a responsabilidade pela manutenção da ordem pública.

A segunda orientação belicista faz referência à possibilidade de convocação, pelo Governo Federal, em caso de guerra externa ou para prevenir ou reprimir grave perturbação da ordem ou ameaça de sua irrupção, subordinando-se à Força

Terrestre para emprego em suas atribuições específicas de Polícia Militar e como participante da Defesa Interna e da Defesa Territorial.

O Brasil viveu um período de regime militar, de 1964 a 1985, período este baseado na ditadura militar. Depois desse período, a polícia passou a atuar de forma diferenciada, visando à segurança pública e também à defesa do cidadão, em consonância com os princípios consolidados na Constituição Cidadã de 1988, realidade que o Brasil, desde a gênese da República, viveu um estado autocrático.

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988, em seu artigo 144, menciona a segurança pública como dever do Estado e responsabilidade de todos os cidadãos, devendo ser exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, por intermédio das seguintes organizações: I – polícia federal; II – polícia rodoviária federal; III – polícia ferroviária federal; IV – polícias civis; V – polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 1988).

As polícias, integradas na sociedade em geral, têm a responsabilidade de preservar a ordem pública, bem como promover o desenvolvimento humano. Não é tarefa fácil, uma vez que na tradição cultural somente a polícia era responsável pela manutenção da ordem e segurança interna, principalmente no que se refere ao regime militar pelo qual o Brasil passou, incorrendo na geração de uma sociedade pseudocivil.

Somente nos últimos anos, com o caos e a eclosão de um estado de delinquência generalizada no Brasil, a sociedade brasileira sentiu a necessidade de sair da caverna, com reivindicações em prol de melhoria na qualidade de vida, forçando os políticos a aprovarem mudanças nas políticas públicas.

A instituição polícia possui legalmente o dever da coerção, portanto, necessita de freios e contrapesos sociais, ou seja, a sociedade deve intervir nos aparelhos de coerção social.

Atualmente, a polícia prende para depois investigar, enquanto a Polícia Cidadã deve investigar para prender, ou seja, é uma polícia proativa, conforme Bengochea *et. al.* (2004).

As agências de polícia mantêm contato direto com as comunidades, já que atuam diretamente na linha de frente, representando o Estado. São órgãos visados, ou seja, a essas instituições deposita-se a tarefa de atuar em conjunto com a comunidade.

Logo, é crucial conhecer cada região, bem como os inúmeros conflitos específicos de cada uma, pois isso facilita a atuação preventiva, proporciona maior agilidade nos atendimentos e, ainda, melhoria na articulação com a comunidade.

Johnson (1972) e Meese III (1993) argumentam que o grande mérito do policiamento comunitário é então enfatizar um dos valores fundamentais das polícias modernas – polícia e comunidade operando de modo integrado e altamente interativo. Significa que as organizações policiais se sustentam na legitimidade pública e são, por sua natureza, instrumentos de garantia de distribuição justa e igual dos direitos de cidadania.

Sunshine e Tyler (2003) sugerem que a polícia tem o dever de tratar bem as pessoas, de forma justa, com respeito à dignidade humana e ética profissional, jamais devendo se utilizar de atitudes arbitrárias e com abuso de poder.

A polícia não deve julgar, afinal, não é esta sua função. Então, no âmbito do Estado Democrático de Direito em que se vive, deve-se respeitar cada pessoa com suas características específicas. O resultado que se almeja é a credibilidade e o respeito, aproximando-se de sua comunidade.

Postula NCJ (1994, p. 16) que a credibilidade e a interação entre polícia e sociedade é reflexo do comportamento policial, assim para construir esta confiança para uma parceria efetiva, as polícias devem tratar o povo com respeito e sensibilidade. O emprego da força desnecessária acompanhada da arrogância, indiferença e grosseria em qualquer nível afastará a disposição dos membros da comunidade de se engajarem com a polícia.

Os membros das agências policiais devem ter conhecimento da importância do respeito aos direitos e princípios fundamentais estabelecidos nos estamentos jurídicos.

Postula Tyler e Fagan (2008, p. 253) que justiça, em um tratamento interpessoal relaciona justiça processual ao respeito dos direitos das pessoas e a dignidade e consideração das suas necessidades e preocupações. A justiça distributiva refere-se à equidade da distribuição dos serviços.

A Figura 2 apresenta as diferenças entre a polícia tradicional e a polícia contemporânea e as características de cada modelo.

Figura 2 - Comparativo entre as características dos modelos repressivo e preventivo de atuação das agências policiais.

CARACTERÍSTICAS	MODELO	
	PARADIGMA REPRESSIVO	PARADIGMA PREVENTIVO
A atividade policial	Atua nos sintomas e consequências.	Atuação sistêmica e complexa, agindo sobre a causa que gera o fato policial.
A agência policial	Caracterizada como um sistema fechado, incapaz de traduzir as demandas sociais.	Age como um sistema aberto, considerando as variáveis intraorganizacionais e interorganizacionais.
Perspectiva estratégica	Orientada na manutenção do governo e das instituições tradicionalmente predominantes. Os consumidores finais são denominados cidadãos.	Orientada no desenvolvimento humano, com base nas diversidades e nas individualidades. Os produtos ou serviços são orientados para os clientes que são os consumidores finais.
Visão ontológica da violência	Linear-objetiva, reducionista.	Sistêmica e de complexidade considerando as múltiplas variáveis.
Políticas de gestão de recursos humanos	Inclinação para o <i>homo-economicus</i> e o <i>homo-racionalis</i> . O homem é encapsulado.	Inclinação para o <i>homo-socialis</i> e para o policial como agente de mudança, desenvolvendo lideranças e plenamente integrado à cidadania.
Amplitude do papel das agências policiais	Miopia organizacional. A direção com fulcro no personalismo e imediatismo e exclusivamente	Maior amplitude de atuação das agências. O labor policial possui base na ciência policial, rompendo com o

	pragmático.	personalismo. A práxis policial, orientada para a teoria e prática.
Orientações da estrutura	Altamente verticalizada e hierarquizada, com disciplina imposta. Centralização do trabalho.	Projeto organizacional horizontalizado, atividades enriquecidas. Hierarquia abrandada com disciplina consciente e aderência às políticas de recursos humanos. Descentralização do trabalho.
Comunicação	Sistema de comunicação ineficaz e muitas vezes inexistente.	Grande desenvolvimento dos sistemas interno e externo.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Uma das diferenças que se pode destacar é a forma como a polícia tradicional atua, já que o seu trabalho é realizado de forma reativa, buscando prender os criminosos, destarte atuando nos sintomas e nas consequências. Seu trabalho é medido por meio de padrões quantitativos, e. g., ocorrências atendidas, prisões realizadas, enfim, é uma atuação prioritariamente repressiva.

A sociedade espera muito mais de um policial. O cidadão possui a expectativa de que a atuação seja essencialmente preventiva, deseja uma atuação efetiva na comunidade e uma relação de mútuo respeito. Mas para tal conformação a polícia deve exercer um trabalho de aproximação com a comunidade, com preparo e disciplina por parte dos profissionais atuantes (SENASP, 2010).

Incumbe ao Estado a responsabilidade de organizar a sociedade, criando todos os códigos de convivência com base nas demandas sociais e no equilíbrio de interesses. Inobstante, para manutenção da ordem utiliza-se do poder de coerção por intermédio de suas agências de repressão, as polícias.

Santos Jr. *et. al.* (2009, p. 31), acerca da integração interagências públicas, asseveram que:

A falta de integração que ocorre entre os subsistemas de segurança pública também irrompe nos setores da educação, saúde, e assim por diante. Tal disfunção gera desperdício ao erário público, não se percebendo nenhuma orientação positiva dos governantes para solução desse viés e aumento da eficácia dos serviços públicos.

Significa que a integração com todas as agências do Estado e a realização de parcerias com organizações privadas e com a sociedade é essencial para a renovação e o fomento de ações que diminuam as mazelas sociais existentes.

No Brasil, algumas camadas sociais reconhecem e vivenciam problemas no setor da saúde, do ensino público, de um mercado de trabalho sem oportunidades ou escasso, da falta de moradia e outras demandas, ocasionando insatisfação geral no que se refere aos serviços prestados pelo Estado.

A égide do modelo de Polícia Cidadã contemplará os vieses ocasionados pelas deficiências da falta de amplitude das demais políticas públicas setoriais, possibilitando um realinhamento com as demandas sociais.

O Estado, por meio das agências de polícia, conseguirá a integração social e, por meio da geração de sinergias, descentralizará as ações e atuará de maneira mais preventiva.

1.3 - CONSELHO COMUNITÁRIO DE SEGURANÇA

A partir da década de 1980 tem início o crescente debate nacional e internacional sobre novas possibilidades de interpretação e tratamento dos conflitos subjacentes à demanda pública por segurança contra o crime. Diante da contraposição ao modelo tradicional de “segurança pública”, situado no controle penal da criminalidade, surgem novas experiências e argumentos que ressaltam a participação da sociedade civil nas políticas de segurança pública. Ou seja, a gestão da segurança deixa de ser compreendida como unicamente “questão de polícia”, de uma ordem pública a ser imposta pelo aparato repressivo do Estado, para a democratização de seus processos decisórios.

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, 1988, também conhecida como Constituição Cidadã, representa o marco legal da própria redemocratização do Estado diante do restabelecimento de vários dos procedimentos democráticos formais, como a eleição. Nesse cenário percebe-se a emergência de um novo significado da política de segurança, através da discussão

sobre o exercício da ordem pública e cidadania. Nesse contexto, surge o que César Barreira (2004) aponta como mudança de postura de indivíduo incapaz para o sujeito de direitos que pode participar e interferir nas decisões governamentais.

Todavia, a análise de autores (ADORNO, 2002; BARREIRA, 2004; CALDEIRA, 2000; DIAS NETO, 2005; PINHEIRO, 2003; SOARES, 2007) sobre a implantação e atuação das políticas de segurança pública revela o outro lado das conquistas democráticas, que são as resistências e desafios enfrentados por esse novo modo de governar a criminalidade no Brasil. As resistências a mudanças se concentram principalmente no legado autoritário das instituições de controle social. Apesar do retorno à democracia “formal”, perpetua-se a herança autoritária da ditadura militar no aparelho do Estado, no qual o governo democrático tem sido incapaz de reformar as instituições e, assim, de se tornar um Estado de direito (PINHEIRO, 2003). Nesse sentido, é considerável ressaltar a análise apresentada por Luiz Eduardo Soares (2007), que no Brasil a transição democrática não se estendeu à segurança pública, do ponto de vista dos interesses da cidadania.

O Conselho Comunitário de Segurança (CONSEG) emerge durante o processo de redemocratização no Brasil, com marco formal na Constituição de 1988, na luta por um Estado de direito. Como proposta inovadora na área de segurança pública, o CONSEG representou a construção do espaço público nas relações entre polícia e comunidade para identificar e intervir na prevenção e problemas de segurança local.

Nesse processo de abertura para a participação e democratização na segurança pública, com a construção de espaços públicos como o CONSEG, a inovação não está na constituição de uma “sociedade de controle”, em que o cidadão atua como policial. Mas, na possibilidade de democratização da atividade da polícia, para que o policial atue como cidadão. Não considerando somente os mecanismos de prevenção e punição de abusos policiais, mas também a inovação está como canais de participação social nos processos decisórios relacionados ao exercício da função policial (DIAS NETO, 2005).

Os Conselhos Comunitários de Segurança trabalham o problema da violência e das questões relacionadas à segurança pública com um olhar multidimensional e um enfoque multicausal, o que colabora para prevenção da violência (MARIANO, 2004). Outro aspecto que o CONSEG pode tratar seria no sentimento de insegurança, atuando diretamente na prevenção do crime no âmbito local.

Em 1985 foi criado o CONSEG no Estado de São Paulo pelo governador André Franco Montoro. Segundo a Secretaria de Estado da Segurança Pública, atualmente o Estado conta com 784 CONSEGs espalhados por 522 municípios. Ainda em 1985 o governador do Espírito Santo, Gérson Camata, autorizou a criação dos CONSEGs no Estado e hoje já são 16, além do Distrito Federal, os que apresentam programas divulgados na filosofia da “nova polícia”, que se relaciona diretamente com a comunidade, são: Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Pará, Rio Grande do Norte, Sergipe, Santa Catarina, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Bahia, Paraíba, Acre e Amapá (NEVES, 2007).

As análises das autoras Neide Maria de Almeida Pinto, Ana Louise de Carvalho Fiúza, Adriana de Souza Lima Coutinho (2006) destacam as contradições, as ambiguidades e avanços de um “novo modelo”, que pressupõe a participação social como elemento essencial às políticas de segurança. Denominados de Conselhos de Segurança Pública, o estudo evidencia que nesse espaço público constituía-se a manutenção de um viés autoritário e centralizador por parte do segmento da polícia, que o discurso da participação da sociedade civil no processo decisório da segurança pública não condiz com a prática observada. Na prática é observado que a participação da polícia deveria se restringir à condição de Conselheiro Técnico, o que acontece é que essa figura, fazendo uso de recursos cognitivos e técnicos e das prerrogativas do cargo que ocupa, tem um papel central nas reuniões, na permanente condição de membro nato do conselho. Outra característica da prática do conselho diz respeito ao envolvimento da população, que foi restrito a arrecadação de recursos físicos e financeiros através de eventos sociais (ALMEIDA PINTO; FIÚZA; COUTINHO; 2006).

Os CONSEGs podem estar na direção que a Segurança Pública vem deixando progressivamente de ser um tipo de atividade predominantemente estadual, ou seja, também caminha para uma segurança pública e local, com a inclusão dos municípios na gestão da segurança. Nesse sentido, é interessante um olhar para o CONSEG como espaço público de caráter plural e dinâmico, que está em constante movimento e adaptações, acompanhando e refletindo as mudanças e resistências sociais.

Através dos Conselhos Comunitários de Segurança as pessoas de uma mesma comunidade podem se reunir para discutir, planejar, analisar, e acompanhar as soluções de seus problemas de segurança. São meios de estreitar a relação

entre comunidade e polícia, e fazer com que estas cooperem entre si. O desenvolvimento da Polícia Comunitária envolve a participação de setores influentes da sociedade, freqüentemente chamadas de "os seis grandes". Quais sejam: a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia." (BONDARUK e SOUZA, 2003).

Nesse contexto, o bairro Capão da Imbuia estruturou seu próprio CONSEG. Este atualmente é presidido pelo senhor Fernando José Rodrigues de Oliveira, o qual foi eleito presidente pela segunda vez e tomou posse no dia 4 de novembro de 2013 para o biênio 2013/2015.

As reuniões do CONSEG Capão da Imbuia normalmente são realizadas na Escola Estadual Maria Aguiar Teixeira, envolvendo a Polícia Militar através do comandante da 2ª CIA do 20º BPM, tenente Wagner de Araújo e o superintendente do 6º Distrito Policial da Capital Alessandro Roberto Luz, os quais são membros natos. Dentre estes a representação das autoridades civis eleitas se dá através da participação do vereador Felipe Braga Côrtes, que frequentemente participa dos encontros do CONSEG.

O CONSEG é parceiro da Rede de Desenvolvimento Local que é articulada pelo SESI/PR, onde pessoas são conectadas e interagem entre si, assumindo o papel de protagonistas do processo de desenvolvimento da localidade em que vivem. Assim todos os bairros se desenvolvem através relacionamento entre as pessoas de diferentes comunidades que buscam a tornar a sua localidade um lugar melhor de se viver.

A Associação de Empresários do Capão da Imbuia (Ecapi) foi uma das ações realizadas com a ajuda da Rede de Desenvolvimento Local. A Associação representa o bairro e traz melhorias para a comunidade com a coleta de lixo de aparelhos eletrônicos e também há o projeto da Rua de Natal, em que a comunidade ilumina uma rua para enfeitar o bairro e atrair a atenção de moradores e visitantes. A associação mantém estreita relação com o Conselho de Segurança do bairro e está sediada na rua Del Leopoldo Belczak 1424, Lj 1.

A comunidade tem sua participação, apesar de pequena, nas reuniões do Conselho. E foi numa dessas reuniões que membros da comunidade propuseram a implantação do projeto "Vizinho de Olho", ação que prioriza a integração e comunicação entre vizinhos para aumentar a segurança da região. Os moradores cuidam das casas de seus vizinhos e sempre se comunicam quando acreditam que

há algo errado. Alguns moradores das ruas Roberto Chichon, Benedito Guil, Governador Agamenon Magalhães instalaram placas com a figura de um olho na frente de suas residências simbolizando a adesão ao projeto e foram instaladas sirenes em alguns pontos das vias acima citadas para alertar os moradores sobre algo suspeito. O CONSEG do Capão da Imbuia contou com a colaboração de participantes do Conselho de Segurança do Guabirotuba, comunidade que já utiliza esse sistema.

Por sua vez a Imprensa colabora com as atividades do CONSEG através do Jornal Capão da Imbuia e Tarumã, que informa sobre datas e horários das reuniões, bem como informando os moradores sobre os assuntos que envolvem a segurança pública na comunidade. Esse jornal é integrante da Agência JBA de Comunicação, que está situada na Rua Antônio Cândido Cavalim, 43 / sala 1 – Bairro Alto, Curitiba/PR.

O Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN), apesar de não ser o membro nato no Conselho de Segurança do Capão da Imbuia, por sua sede estar localizada naquele bairro, exerce grande influência na atividade de segurança ao atuar sistematicamente na fiscalização, orientação e controle de tráfego, com o objetivo de proporcionar segurança e fluidez do trânsito e assegurar o cumprimento da Lei através da 1ª Companhia. O BPTRAN está localizado na Rua Professora Antonia Reginato Vianna, nº 411 e o Tenente-Coronel. QOPM Valterlei Mattos de Souza é o atual comandante.

A Unidade Municipal de Saúde Iracema realiza atendimentos de enfermagem, médico e odontológico. Conta com médicos nas seguintes especialidades: clínica geral, pediatria, ginecologia e obstetrícia. Oferece, ainda, serviços de curativo, retirada de pontos, aplicação de injeção, nebulização, imunização, pré-natal, coleta de material para exame laboratorial, coleta de citopatológico, vigilância epidemiológica de doenças transmissíveis, encaminhamento para internamento e para consultas especializadas. Desenvolve atividades programadas para grupos específicos através do Programa Mãe Curitibana, Atenção à Saúde da Criança, Hipertensos, Diabéticos, Planejamento Familiar, Saúde Mental, Adolescente e outros, bem como, atividades de promoção à saúde e estímulo à prática de atividades físicas e hábitos saudáveis. Está localizada na rua Professor Nivaldo Braga, nº 130 e o atendimento é de segunda a sexta-feira das 7h às 19h.

Outra instituição presente no Capão da Imbuia é o CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) - Regional Cajuru, que é uma unidade pública de execução descentralizada de serviço de apoio, orientação e acompanhamento a famílias e indivíduos em situação de ameaça ou violação de direitos, por ocorrência de violência física, sexual, psicológica, negligência, abandono, situação de rua e mendicância, vivência de trabalho infantil, e outras formas. O atendimento ocorre de segunda a sexta-feira, das 8 às 18 horas na rua Clavio Molinari, nº 1523, Capão da Imbuia.

O Capão da Imbuia sedia algumas instituições escolares públicas estaduais e municipais que são: Colégio Estadual Professora Maria Aguiar Teixeira, Colégio Estadual República Oriental do Uruguay, Colégio Estadual Paulo Leminski, Escola Municipal Enéas Marques dos Santos, Escola Municipal CEI Eva da Silva. Além destes a APACN - Associação Paranaense de Apoio à Criança com Neoplasia, A SOVIDA - Associação Solidários Pela Vida, o Museu de História Natural ou o bosque Capão da Imbuia, o antigo estádio do Paraná, O Pinheirão, a antiga Universidade do Esporte, onde hoje treina a equipe brasileira de Ginástica.

CAPÍTULO II

2.1 - APRESENTAÇÃO DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA

Antes de tudo é importante esclarecer que esta pesquisa sociográfica está baseada nos dados do Censo Demográfico realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2000. Nesse caso os dados do censo de 2010 trazem aspectos gerais, não entrando em aspectos específicos de cada bairro dos municípios. Mas em relação ao município de Curitiba os dados apresentados do ano de 2000 encontram-se detalhados a nível de bairros, pois foram trabalhados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) e inseridos nos dados de 2013.



FIGURA 1 – LOCALIZAÇÃO DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA EM CURITIBA
FONTE: IPPUC (2013)

2.1.1 - Aspectos Físicos

A localização do Bairro Capão da Imbuia dentro do espaço urbano de Curitiba é na região Leste, distando 5.501 metros do Marco Zero de Curitiba, onde se localiza a Praça Tiradentes.

Curitiba - Distância dos bairros ao marco zero

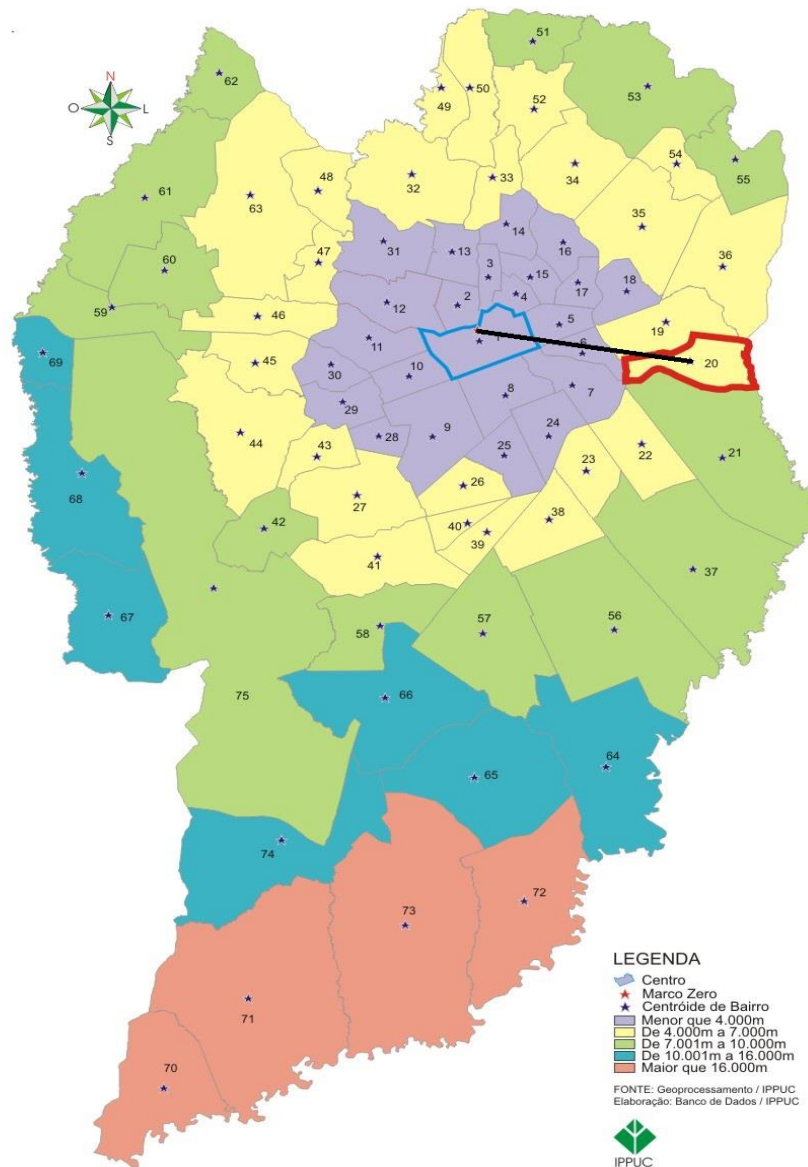


FIGURA 2 –BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA (DISTÂNCIA MARCO ZERO)
FONTE: IPPUC (2013)

O Capão da Imbuia está delimitado fisicamente por três bairros de Curitiba, sendo eles, Cajuru, Tarumã, Bairro Alto, Cristo Rei além de fazer divisa com a cidade de Pinhais.

O bairro Capão da Imbuia está delimitado por quatro vias principais, sendo elas: Avenida Victor Ferreira do Amaral, Rua Agamenon Magalhães, A BR-476 e a principal que é a Avenida Presidente Affonso Camargo. Conforme mapa abaixo:

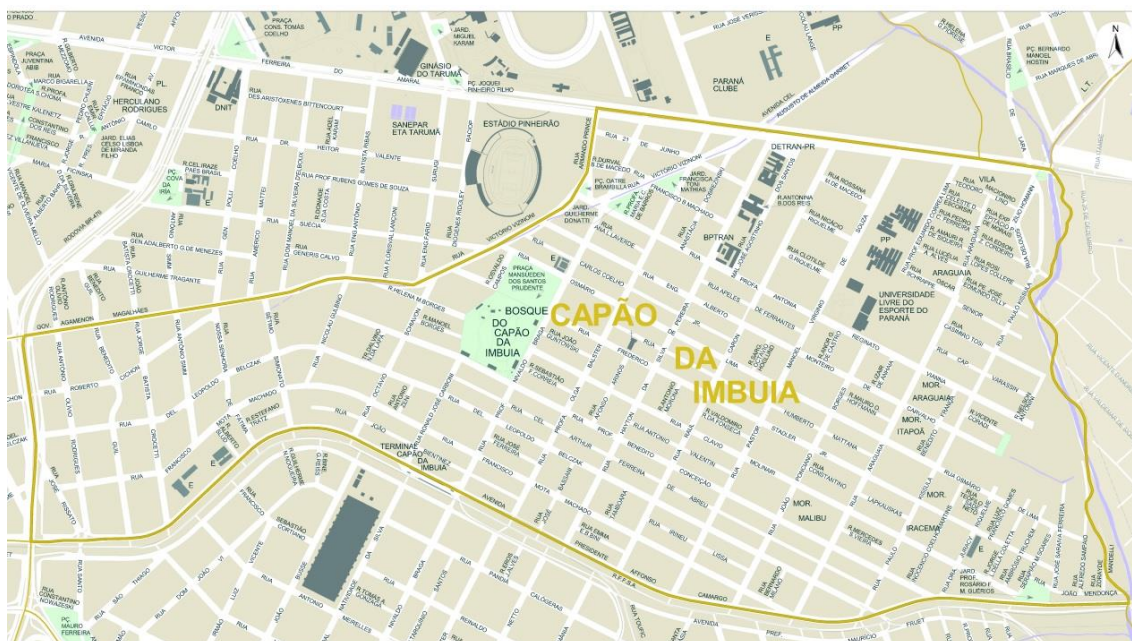


FIGURA 3 – DELIMITAÇÕES DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA EM CURITIBA
FONTE: IPPUC (2013)

2.1.2 - Aspectos Históricos

O bairro Capão da Imbuia é um bairro relativamente novo, formado a partir de um decreto em 1975, onde este foi separado do bairro do Cajuru. Os antigos moradores desta área do bairro já chamavam o bairro com este nome pois anos antes esta área era rica em quantidade da árvore imbuia, que foi amplamente explorada na produção de móveis.

2.1.3 - Demografia

A população do bairro Capão da Imbuia é, atualmente, de 20.976 hab. Sendo que representa 1.32% da população total de Curitiba, a qual é de 1.587.315 hab.

Com esta população o Capão da Imbuia ocupa a 26ª posição em relação ao número de habitantes, quando comparado com todos os bairros de Curitiba. Enquanto que a área do Capão da Imbuia é de 3,163 Km², o que corresponde a 0,73% da área total de Curitiba, que é de 429,405 Km². Estabelecendo uma relação área por habitante, tem-se a densidade demográfica de 6.473 Hab/Km², sendo que a da média de Curitiba é de 4.027,04 Hab/km². Esses dados o colocam na 16ª posição no que se refere à densidade demográfica.

2.1.4 - Economia

Quando se analisa o desenvolvimento econômico de um bairro muito se leva em consideração a renda média de seus moradores. O bairro do Capão da Imbuia ocupa a 25ª posição quando comparado com os outros bairros em relação a renda média dos responsáveis pelos domicílios particulares permanentes, correspondendo a uma valor de R\$ 3.667,85, sendo maior que a média de Curitiba, que é de R\$ 2.889,59.

Quando verificamos a classe de renda que as famílias do Capão da Imbuia pertencem, evidenciamos que mais da metade apresenta salário familiar maior do que 5 salários mínimos por mês. A maior parte das famílias residentes no bairro do Capão da Imbuia apresentam renda familiar maior do que 3 salários mínimos por mês.

Estes dados iniciais sobre a renda do bairro terá reflexo direto na questão da segurança do bairro, como será visto mais a diante na exposição do presente trabalho.

O total de atividades econômicas com alvarás liberados no ano de 2010 no bairro do Capão da Imbuia correspondem à 2.446 atividades autônomas e 1.954 correspondentes à estabelecimentos comerciais.

As atividades autônomas do bairro são bastante variadas, no entanto destacam-se várias profissões que necessitam de um não tão grande grau de instrução, como taxistas, cabeleireiros, pedreiros e garçons. Algumas profissões demonstram relação mais estreita com a comunidade, pelo contato mais próximo, como cabeleireiro, motorista de táxi, manicure e representantes comerciais. O gráfico abaixo demonstra algumas das atividades autônomas desenvolvidas no Capão da Imbuia, com seus respectivos quantitativos.

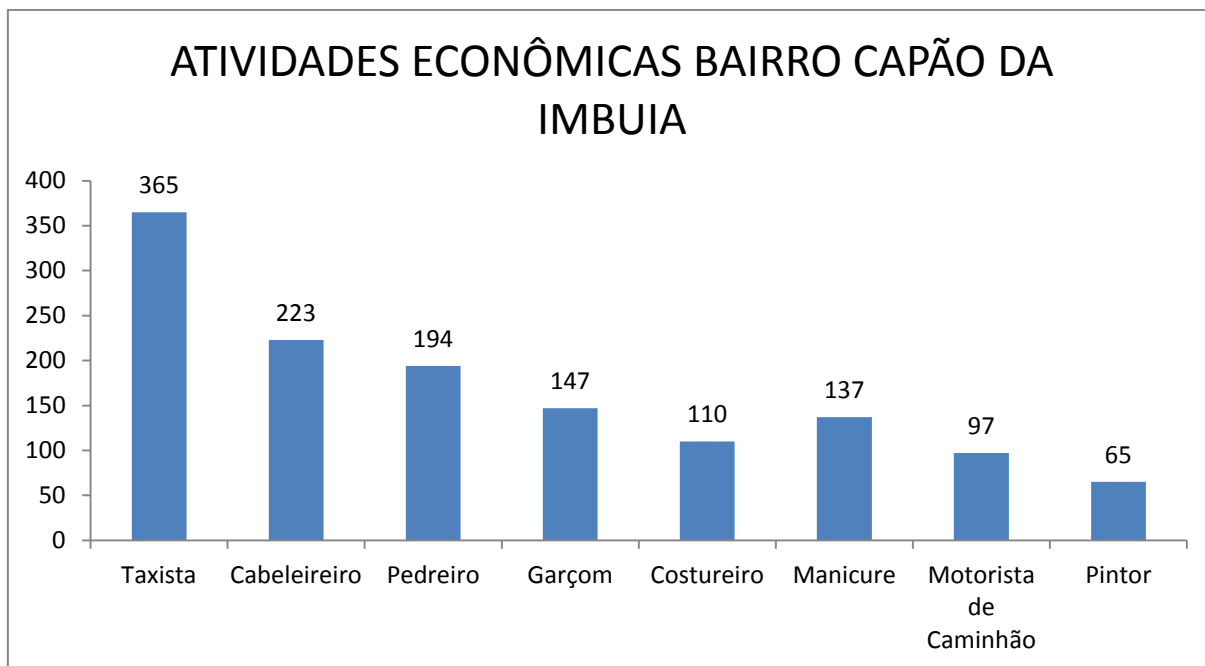


GRÁFICO 1 – PRINCIPAIS ATIVIDADES AUTÔNOMAS DO CAPÃO DA IMBUIA
FONTE: IPPUC (2013)

Em relação aos estabelecimentos comerciais chama muito a atenção o comércio varejista, voltado não só para a comunidade do próprio bairro mas para toda a regional. Isso é reflexo de o bairro do Capão da Imbuia ser um bairro com uma essência comercial. O comércio varejista em geral mantém um estreito contato com a comunidade e depende dela para sobreviver. Nesse entendimento a segurança no bairro é de fundamental importância para que esse contato entre o morador do bairro e o comerciante seja salutar.

Abaixo se relacionam os principais estabelecimentos comerciais com alvará liberados pela prefeitura em 2010 do bairro Capão da Imbuia.

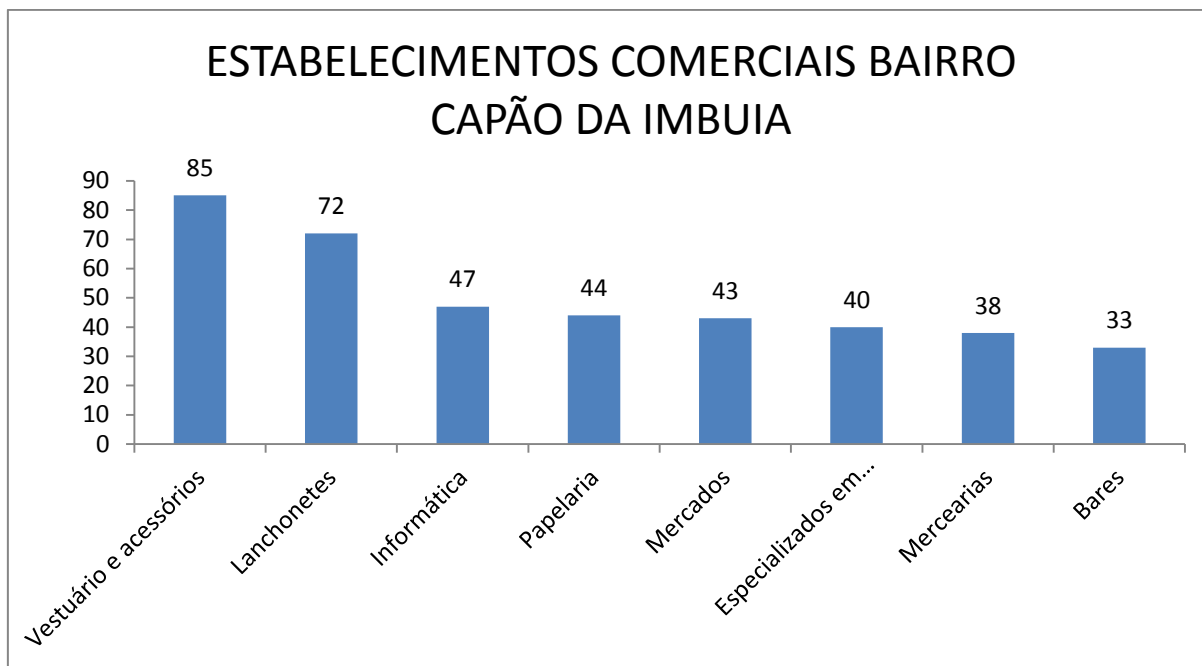


GRÁFICO 2 – ESTABELECIAMENTOS COMERCIAIS DO CAPÃO DA IMBUÍIA
FONTE: IPPUC (2013)

Quando relacionamos a população do bairro do Capão da Imbuia com a economia temos que a maioria está apta a exercer uma atividade econômica. Ao analisar os dados do Censo Demográfico 2000 temos que aproximadamente 60% da população está em idade ativa, ou seja, estão teoricamente aptas a exercer uma atividade econômica. No Brasil, a população em idade ativa é composta por toda população com 10 ou mais anos de idade e compreende as população economicamente ativa e a população não economicamente ativa.

Já em relação à população economicamente ativa do bairro, temos que 60,97% da população encontra-se nesta situação. A população economicamente ativa engloba potencial de mão de obra com que pode contar o setor produtivo, seja de pessoas que efetivamente estão trabalhando ou aqueles que não trabalham, mas estão dispostos a fazê-lo e se esforçam para isto, com procura de empregos, consultas em jornais, etc.

Por fim temos que a população ocupada do bairro do Capão da Imbuia corresponde a 50,04% do total. A população ocupada são aqueles que efetivamente trabalham, sejam empregados, empregadores, por conta própria ou até mesmo não remunerados, como estagiários ou aprendizes. O gráfico abaixo demonstra esta relação:

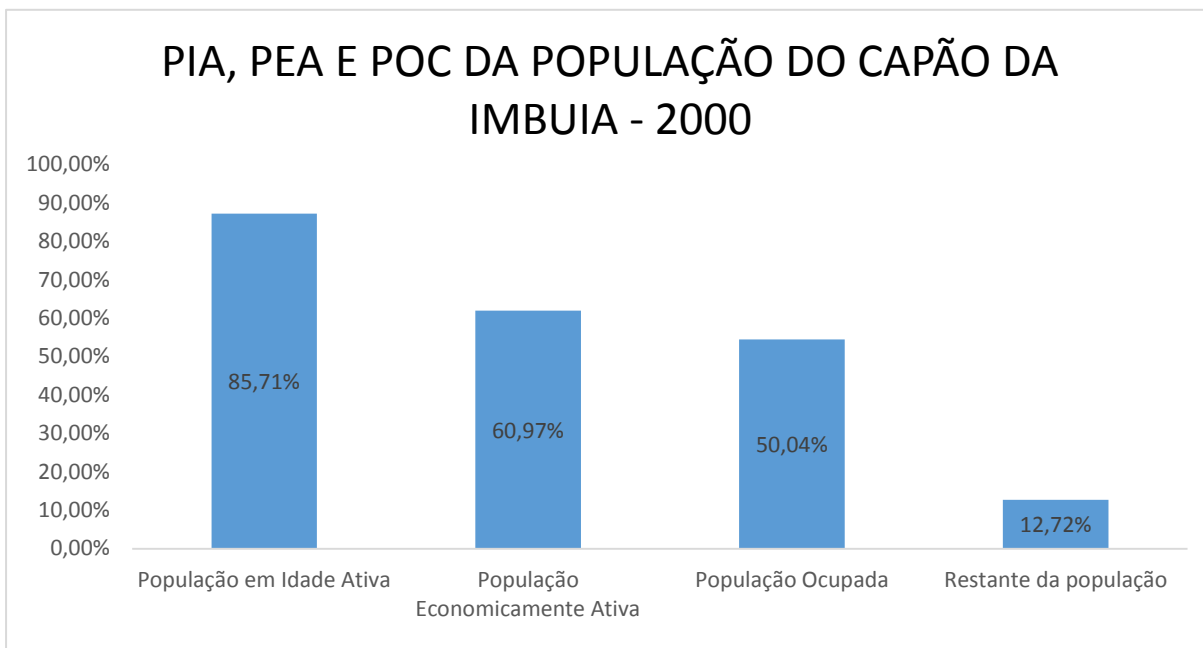


GRÁFICO 3 – POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA, ECONOMICAMENTE ATIVA E OCUPADA DO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA
 FONTE: IPPUC (2013)

2.1.5 - Educação

A população do bairro conta com 5 (cinco) colégios locais, sendo eles o Colégio Estadual Maria Aguiar Teixeira, Colégio Estadual República Oriental do Uruguai, Colégio Estadual Paulo Leminski, Escola Municipal Enéas Marques dos Santos e Escola Municipal CEI Eva da Silva. Dentre os indivíduos da população com idade entre 7 e 14 anos, aproximadamente 96% frequentam a escola e 84% se encontram na série adequada.

2.1.6 - Saúde

O bairro conta com hospitais, consultórios odontológicos e laboratoriais, sendo a maioria distribuída ao longo das principais vias locais comerciais do bairro. Há

também a Unidade Municipal de Saúde Iracema realiza atendimentos de enfermagem, médico e odontológico.

2.1.7 – Esporte, Lazer e Meio Ambiente

O bairro conta com o Museu de História Natural ou o bosque Capão da Imbuia, o antigo estádio do Paraná, O Pinheirão, a antiga Universidade do Esporte, onde hoje treina a equipe brasileira de Ginástica.

2.1.8 - Segurança

Sede do Batalhão de Polícia de Trânsito (BPTRAN), localizado na R. Professora Antonia Reginato Viana nº 411, e sede também do 6º Distrito Policial, localizado na R. Antonio Meirelles Sobrinho nº 519, conta com os cuidados da 2ª Companhia do 20º Batalhão Policial Militar, localizado na Praça Plínio Sobrinho, próximo a Vila Capanema.

Predominando a ordem e a educação, não são conhecidas organizações criminosas que atuem no local, apenas pequenos grupos que atuam próximos as escolas pichando os mais diversos lugares.

CAPÍTULO III

3.1 – ANÁLISE DOS PROBLEMAS

Para a realização da presente pesquisa foram aplicados 75 questionários aos moradores do bairro Capão da Imbuia, conforme modelo anexo, nos dias 24 de julho e 26 de setembro. Inicialmente buscou-se definir o perfil sociográfico dos moradores entrevistados, onde os dados demonstraram que 50% (cinquenta por cento) destes moram há mais de quinze anos no bairro, o que lhes permitem avaliar com certa propriedade os problemas e a evolução destes. Além disso, 62,5% tinham mais de quarenta anos, bem como 80% dos moradores do Capão da Imbuia entrevistados tinham grau de instrução média ou superior. Sendo que sessenta por cento eram casados, tinham renda média de 2 a 6 salários mínimos e religião católica 52%. Conforme demonstram os gráficos abaixo:

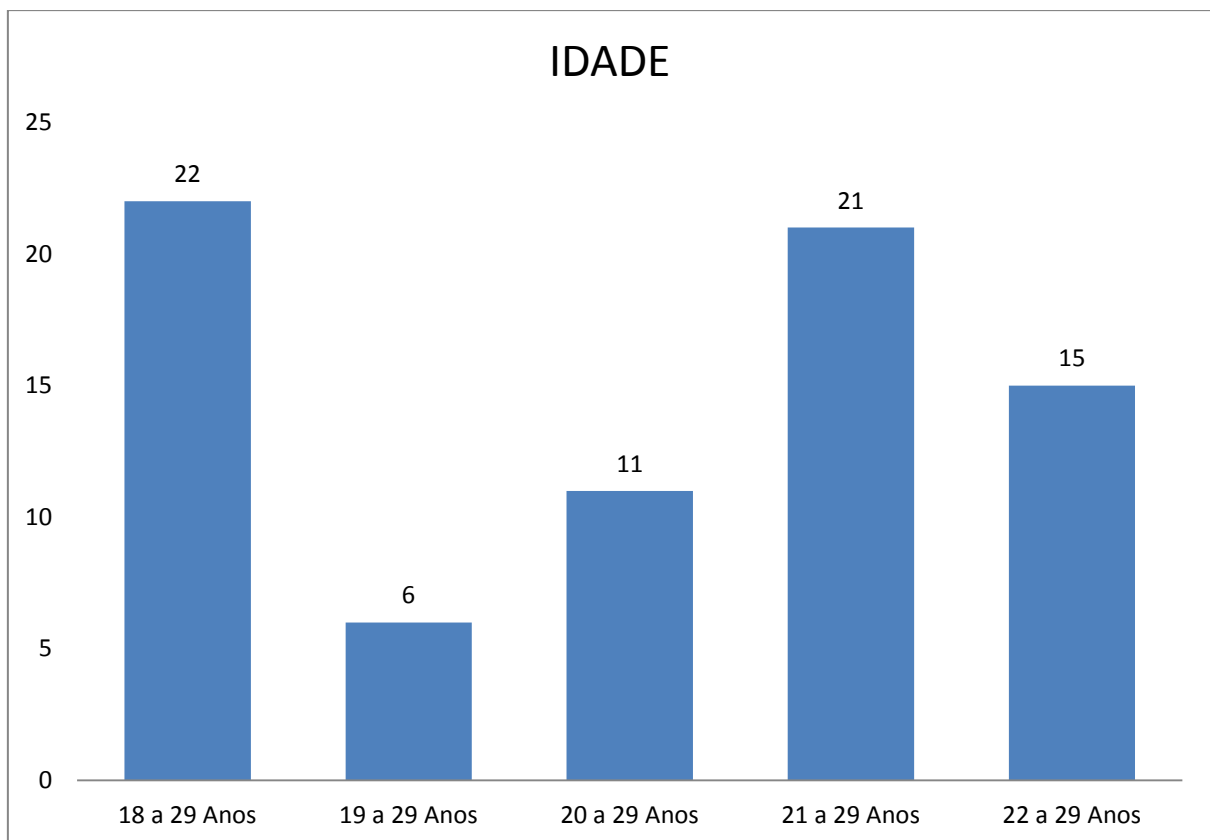


GRÁFICO 4 - IDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS

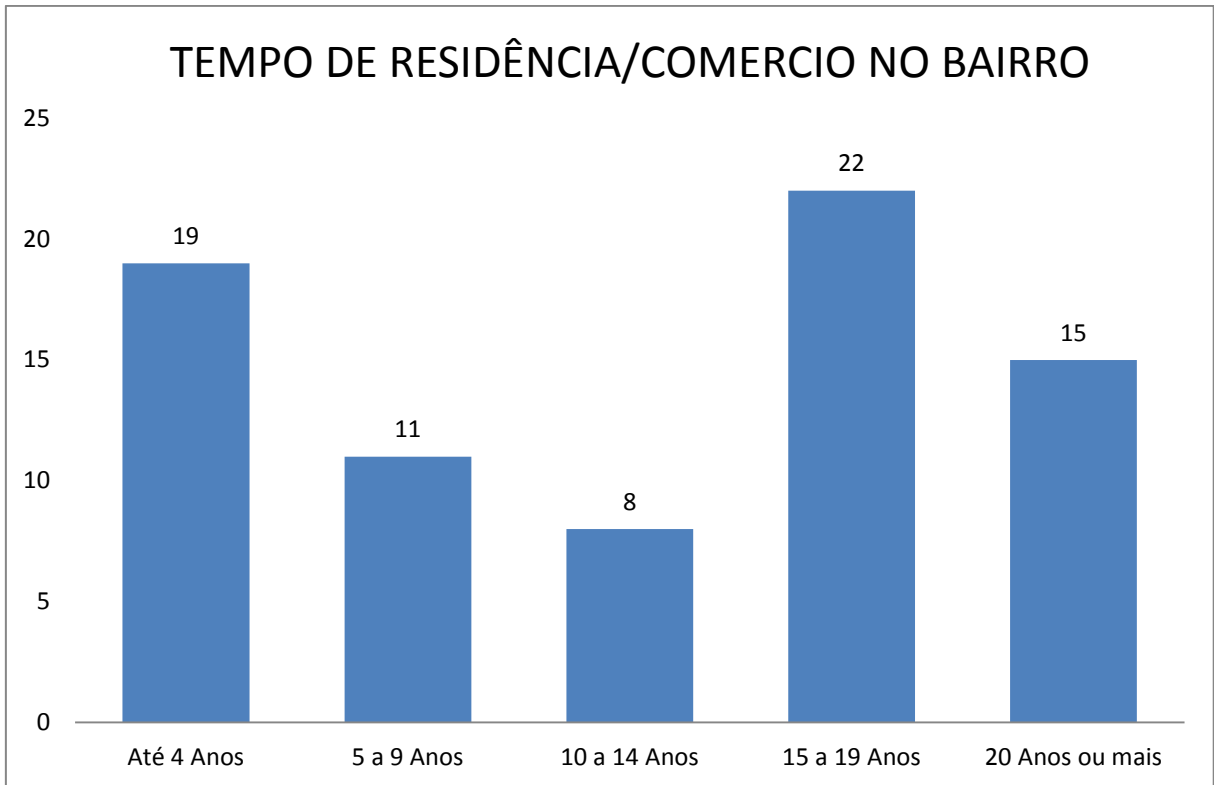


GRÁFICO 5 – TEMPO DE RESIDÊNCIA DOS MORADORES ENTREVISTADOS

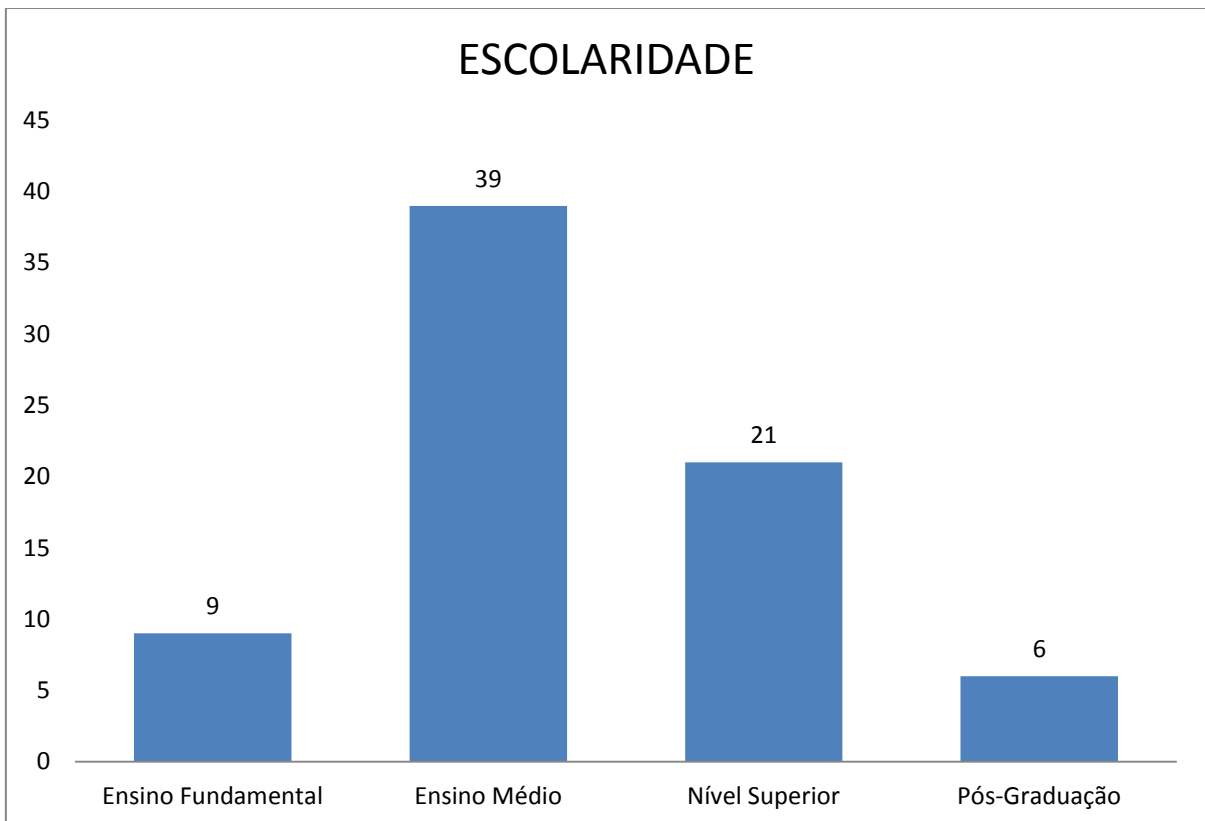


GRÁFICO 6 - ESCOLARIDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS

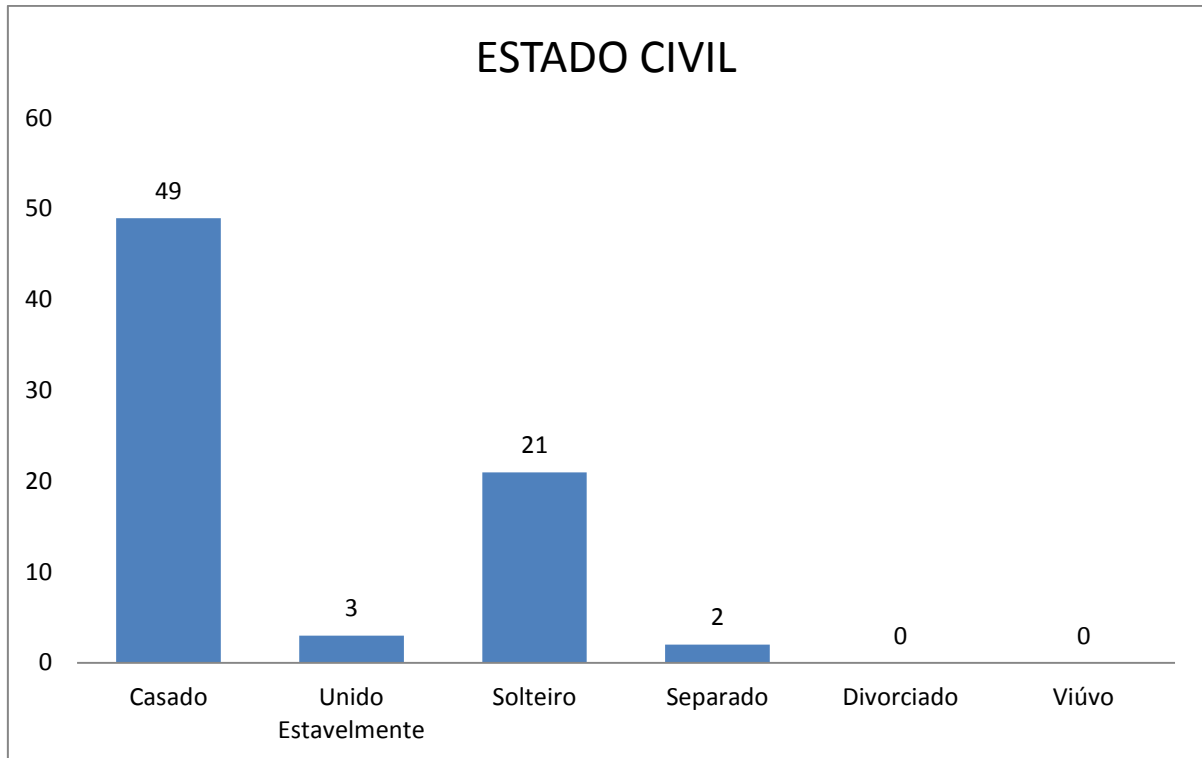


GRÁFICO 7- ESTADO CIVIL DOS MORADORES ENTREVISTADOS

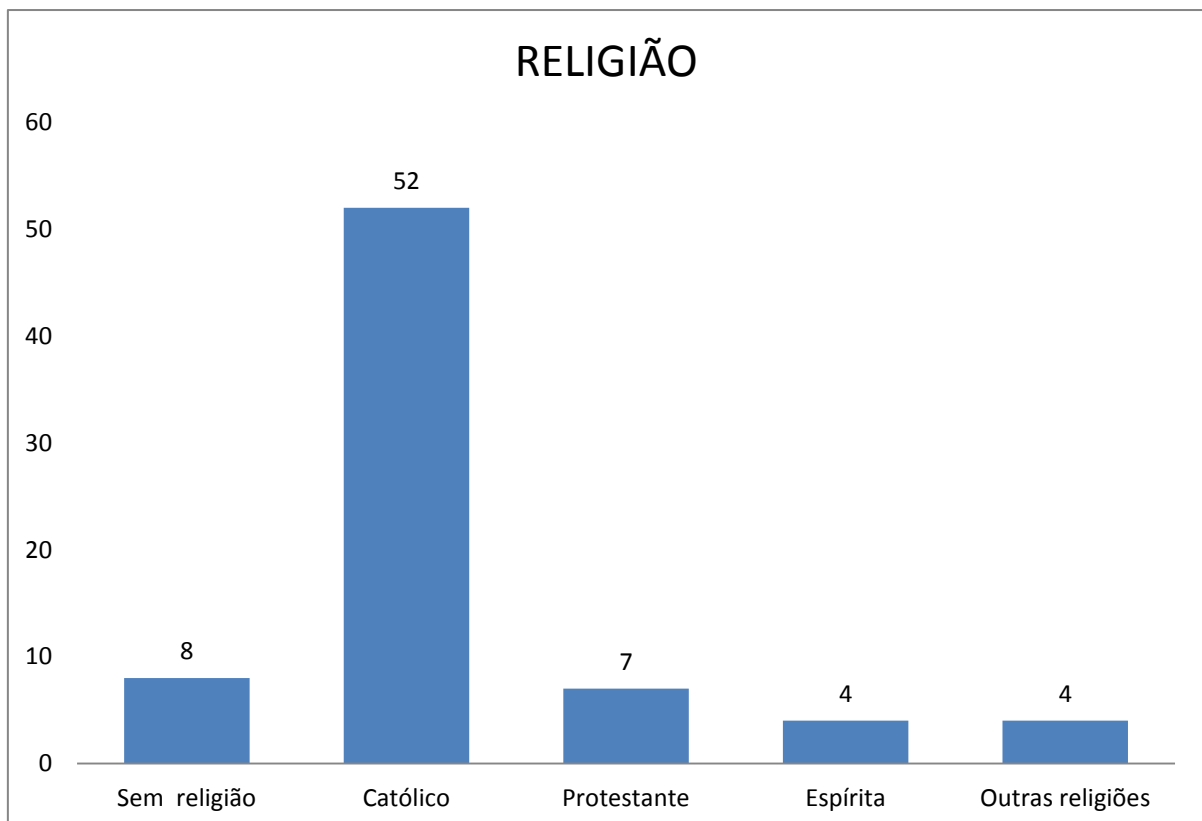


GRÁFICO 8 - RELIGIÃO DOS MORADORES ENTREVISTADOS.

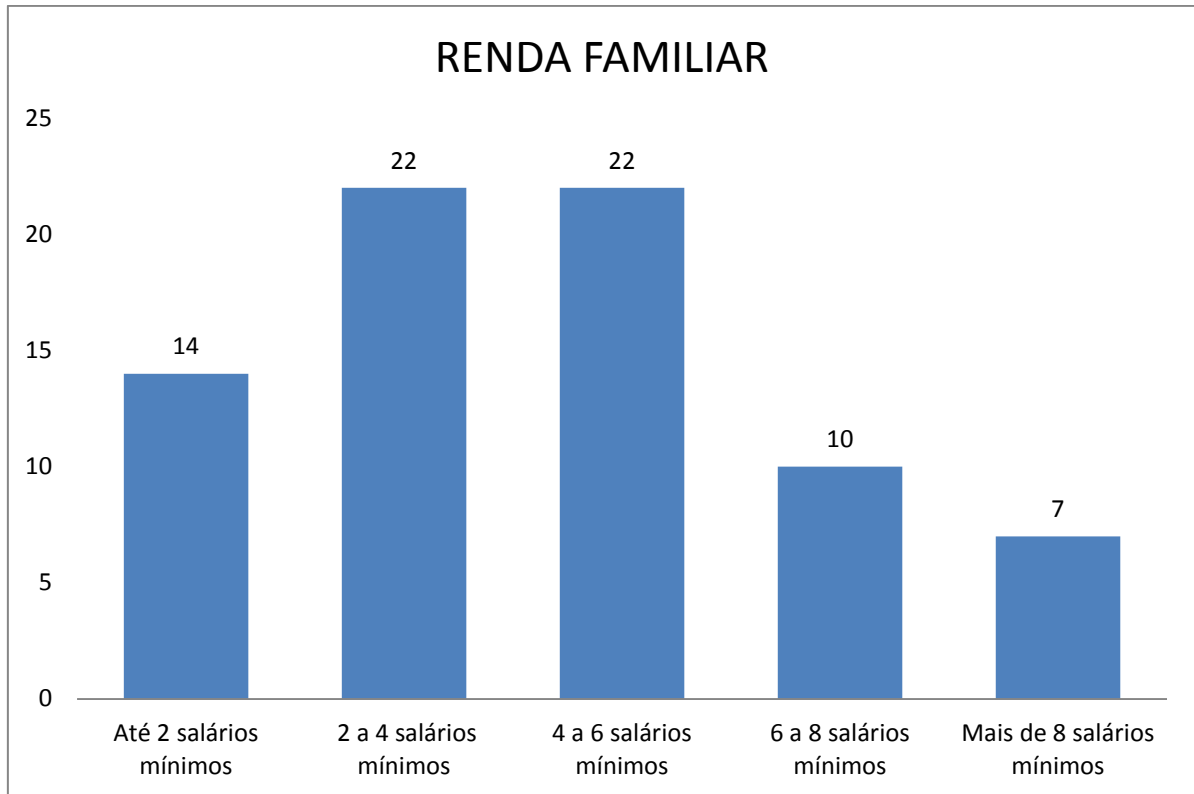


GRÁFICO 9 - IDADE DOS MORADORES ENTREVISTADOS

Em seguida passou-se a realizar questionamentos ligados à segurança pública. Por isso iniciou-se fazendo a seguinte indagação: “com base no seu tempo de residência/comércio no bairro, você diria que os problemas de criminalidade no seu bairro atualmente: diminuiriam, continuam do mesmo jeito, aumentaram um pouco ou aumentaram sensivelmente”.

As respostas evidenciaram que 34,67% dos moradores consideram que a criminalidade continua do mesmo jeito num período de doze meses. Porém, 50,67% afirmaram que houve algum tipo de aumento de ilícitos e somente 14,67% disseram que criminalidade diminuiu, conforme demonstra gráfico a seguir em valores brutos.

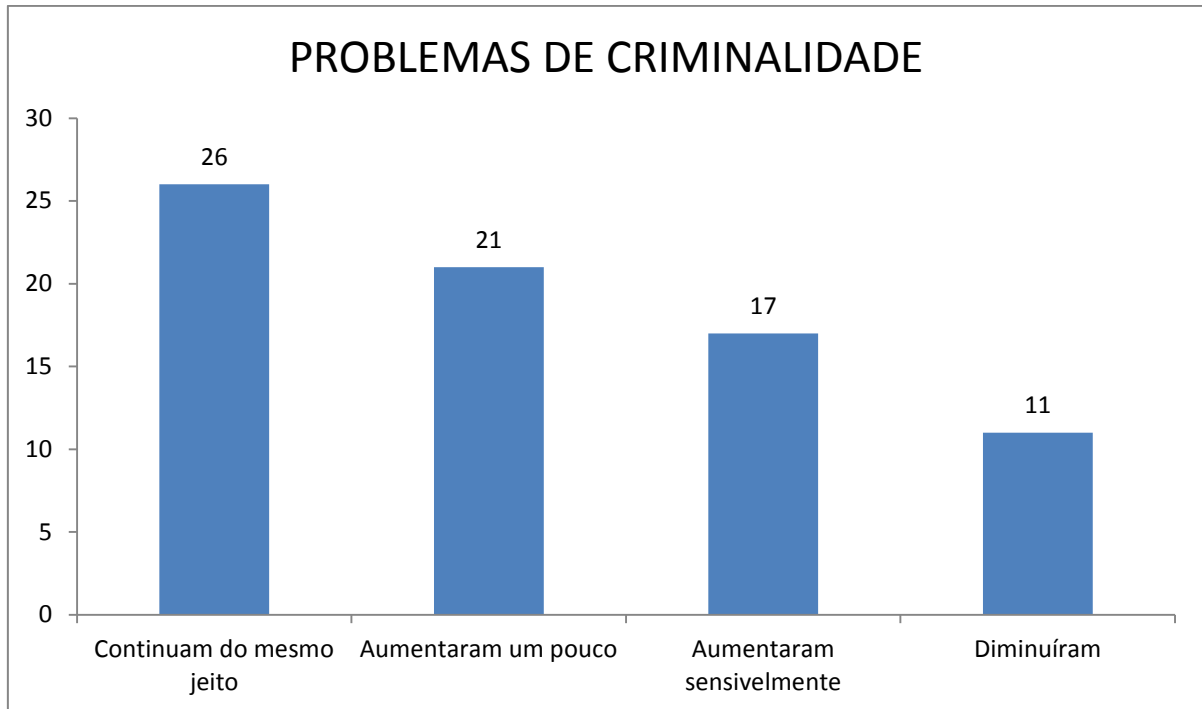


GRÁFICO 10 – PERCEPÇÃO SOBRE A VARIAÇÃO DOS PROBLEMAS DE CRIMINALIDADE NO BAIRRO.

Quando foi feita a seguinte pergunta: “nos últimos 12 meses, você ou alguém em sua casa/comércio foi vítima de algum tipo de crime no bairro?”, vinte e quatro pessoas responderam positivamente. Isto representa 32% das pessoas entrevistadas, conforme mostra os dados do gráfico abaixo.

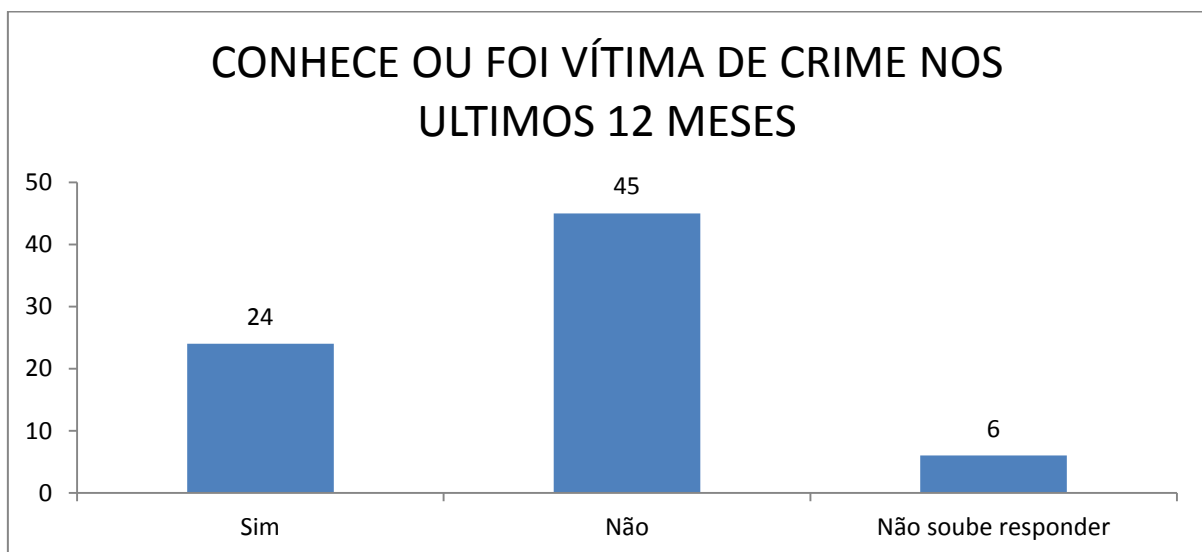


GRÁFICO 11 – TOTAL DE PESSOAS VÍTIMAS DE CRIMES.

Após terem sido questionadas se alguém próximo ou elas próprias haviam sido vítimas de algum ilícito, as vinte e quatro pessoas que responderam positivamente elencaram os tipos penais dos quais foram vítimas. Desse número o crime de roubo representa 62,5% dos casos, furto 16,6%, dano 12,5% e agressão 8,3%. Conforme demonstra, em termos percentuais, o gráfico abaixo. Além disso, estas ocorrências também estão entre as dez que mais geraram boletim de ocorrências no bairro Capão da Imbuia, conforme a figura construída a partir do banco de dados dos anos de 2012 e 2013 da SESP/PR.

OCORRÊNCIAS REGISTRADAS NO BAIRRO CAPÃO DA IMBUIA		
1	EXTRAVIO OU PERDA DE DOCUMENTOS	413
2	AMEACA	328
3	ROUBO	312
4	FURTO SIMPLES	218
5	FURTO QUALIFICADO	209
6	LESAO CORPORAL	153
7	INJURIA	124
8	DANO	106
9	ESTELIONATO	100
10	PERTURBACAO DA TRANQUILIDADE	75
11	INFRACAO DE TRANSITO	67
12	EXTRAVIO OU PERDA DE OBJETO	66
13	ABORDAGEM DE SUSPEITOS	65
14	VIOLAR A SUSPENSAO OU PROIBICAO PARA DIRIGIR	61
15	ROUBO AGRAVADO	56
16	VIAS DE FATO	54
17	VIOLACAO DE DOMICILIO	39
18	ATENDIMENTO DE ACIDENTE	37
19	DIFAMACAO	34
20	LESAO CORPORAL - VIOLENCIA DOMESTICA E FAMILIAR	34
21	APOIO A OUTROS ORGAOS	32

FIGURA 1 – OCORRÊNCIAS COM MAIOR INCIDÊNCIA NO CAPÃO DA IMBUIA.
FONTE: SESP (2013), ADAPTADO PELOS AUTORES.

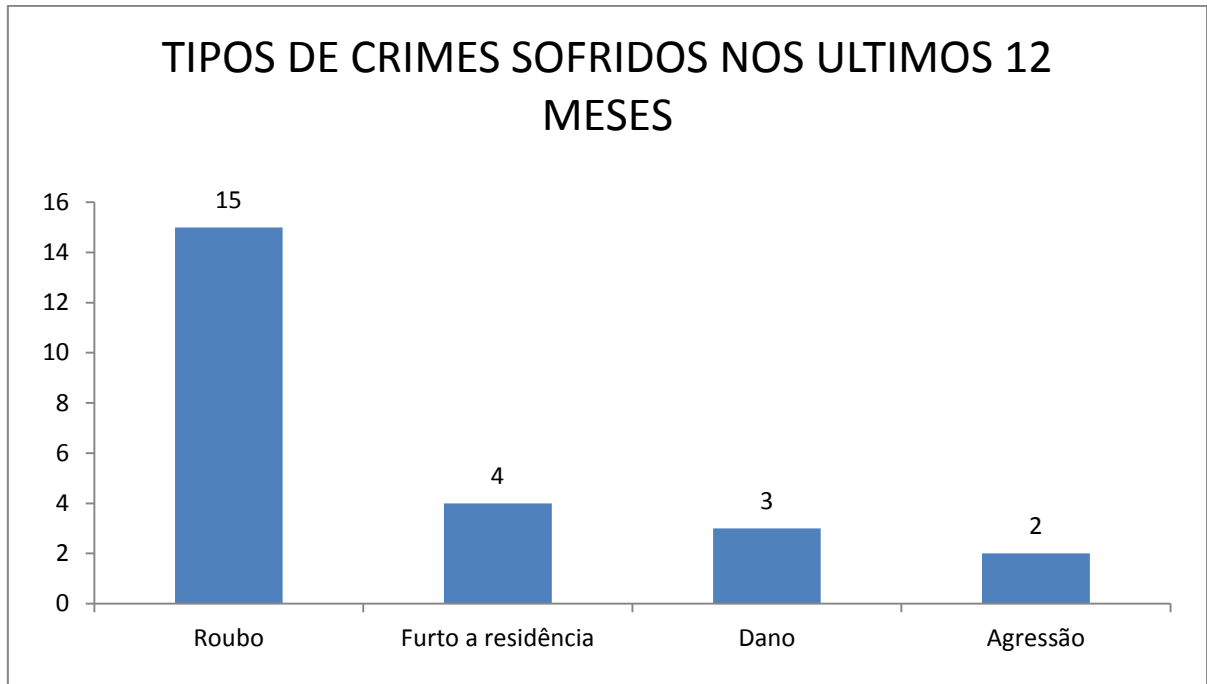


GRÁFICO 12 – CRIMES REGISTRADOS NOS ÚLTIMOS DOZE MESES.

Setenta e cinco pessoas foram entrevistadas. Desse montante, vinte e quatro afirmaram que alguém próximo ou elas próprias haviam sido vítimas de algum crime, mas apenas 25%, isto é, seis cidadãos solicitaram a confecção do respectivo Boletim de Ocorrências. Desses seis que fizeram o registro, 50% não ficaram satisfeitos com o atendimento prestado pela polícia.

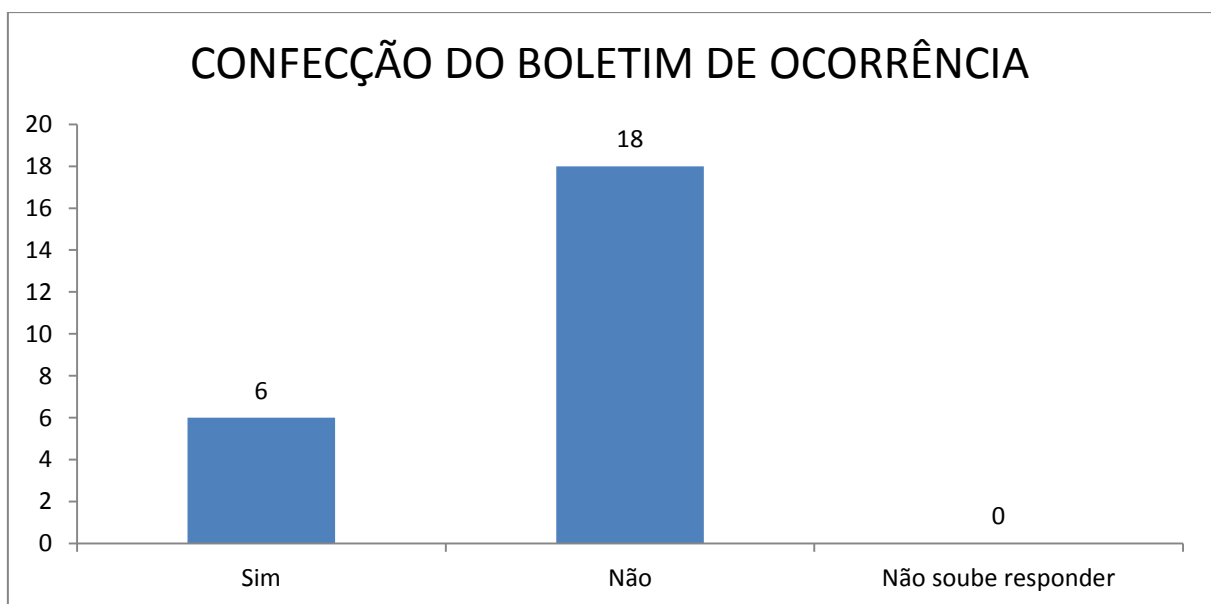


GRÁFICO 13 – NÚMERO DE OCORRÊNCIAS QUE GERARAM BOLETIM.

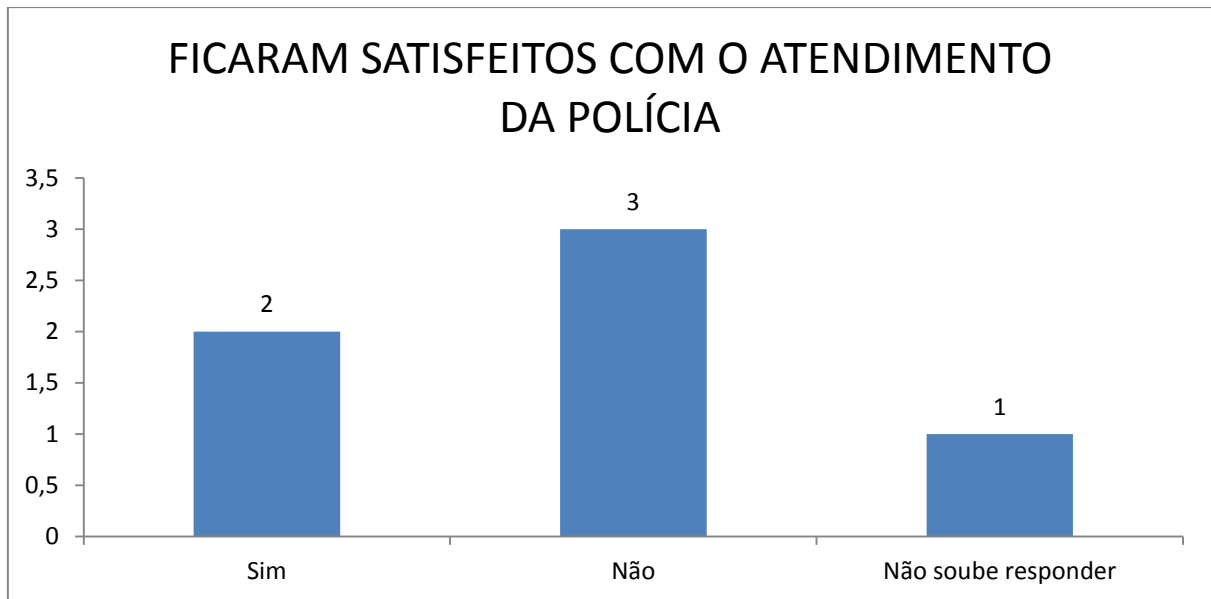


GRÁFICO 14 – SATISFAÇÃO DAS PESSOAS COM O ATENDIMENTO PRESTADO PELA POLÍCIA.

Em seguida passou-se a questionar sobre a atuação policial no bairro. Então foi perguntado ao morador sobre a frequência em que a polícia passa a pé ou de carro pela rua em que mora. As respostas demonstraram que 56% afirmaram que a polícia passa raramente ou frequentemente de carro, por outro lado 77% dos moradores afirmaram que nunca ou raramente a polícia passa a pé.

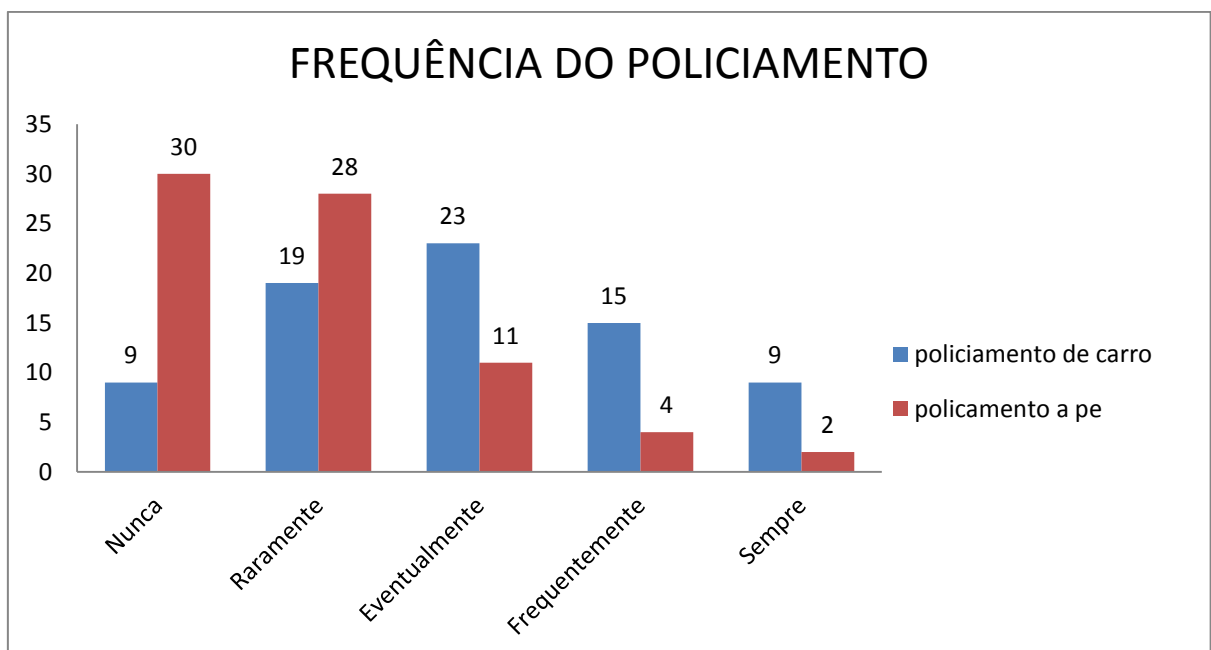


GRÁFICO 15 – SENSAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE A FREQUÊNCIA DO POLÍCIAMENTO.

Quando foi solicitado que o morador apontasse os cinco principais problemas do bairro em que mora, o roubo, desrespeito às normas de trânsito, pichação/vandalismo, calçadas e ruas em mal estado de conservação e os usuários de drogas foram os cinco problemas mais citados. O gráfico abaixo mostra a lista completa dos problemas indicados pelos moradores.

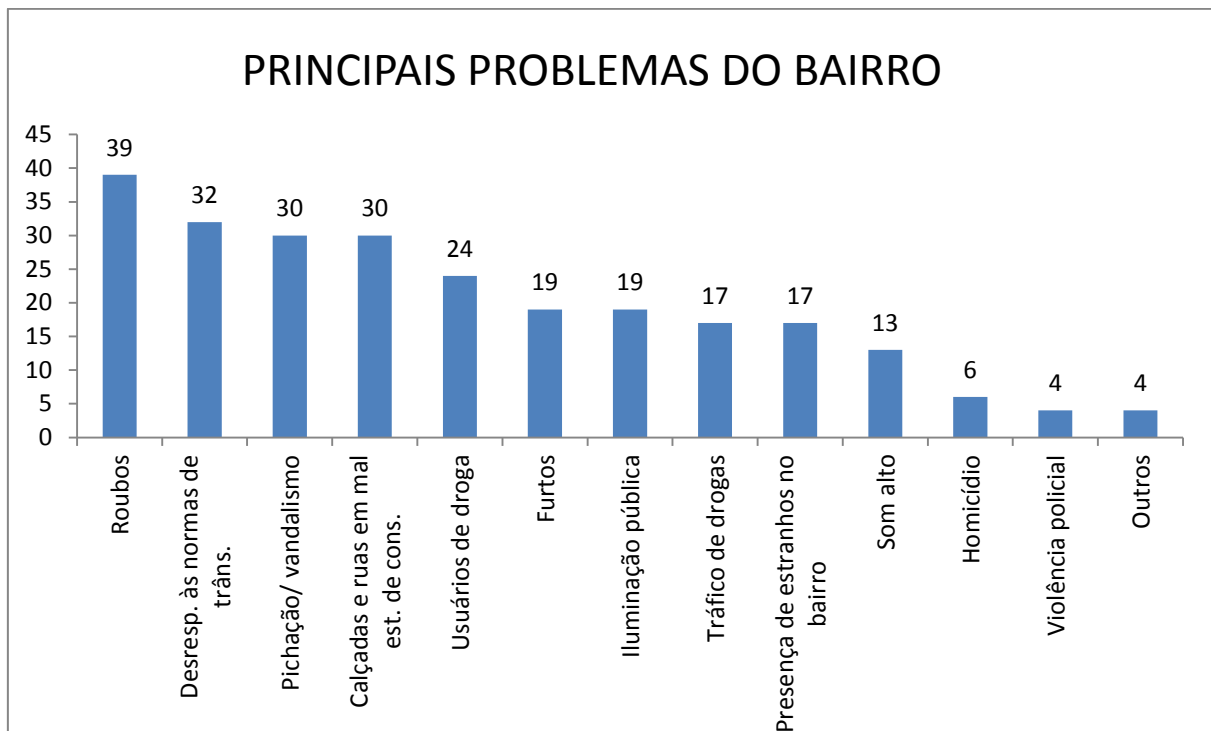


GRÁFICO 16 – PRINCIPAIS PROBLEMAS APONTADOS PELOS MORADORES.

Sobre as causas dos problemas apontados pelos moradores, destacam-se a educação deficiente, o consumo de drogas, a ausência do Estado e a falta de policiamento.

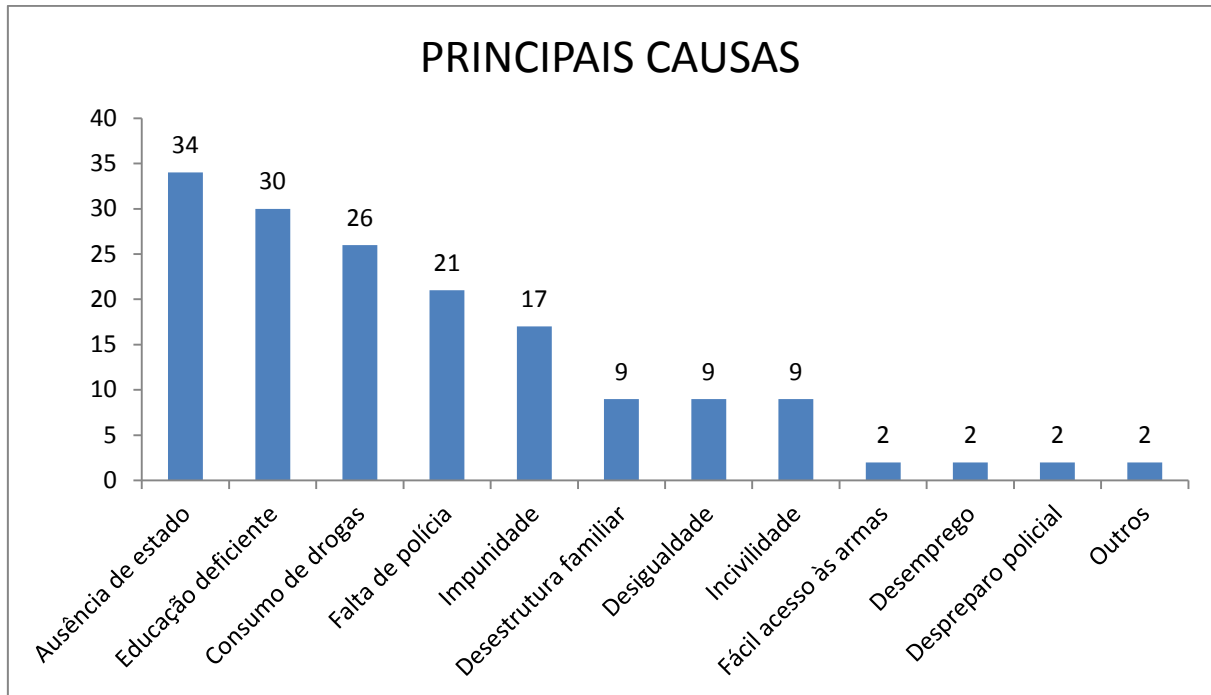


GRÁFICO 17 – OPINIÃO DOS MORADORES SOBRE AS CAUSAS DOS PROBLEMAS.

Quanto à opinião dos moradores sobre a melhor solução para os problemas do bairro, a maioria sugeriu que fossem colocados mais policiais e aumentasse os investimentos em educação, bem como fosse realizada e investigação e o combate ao tráfico de drogas.

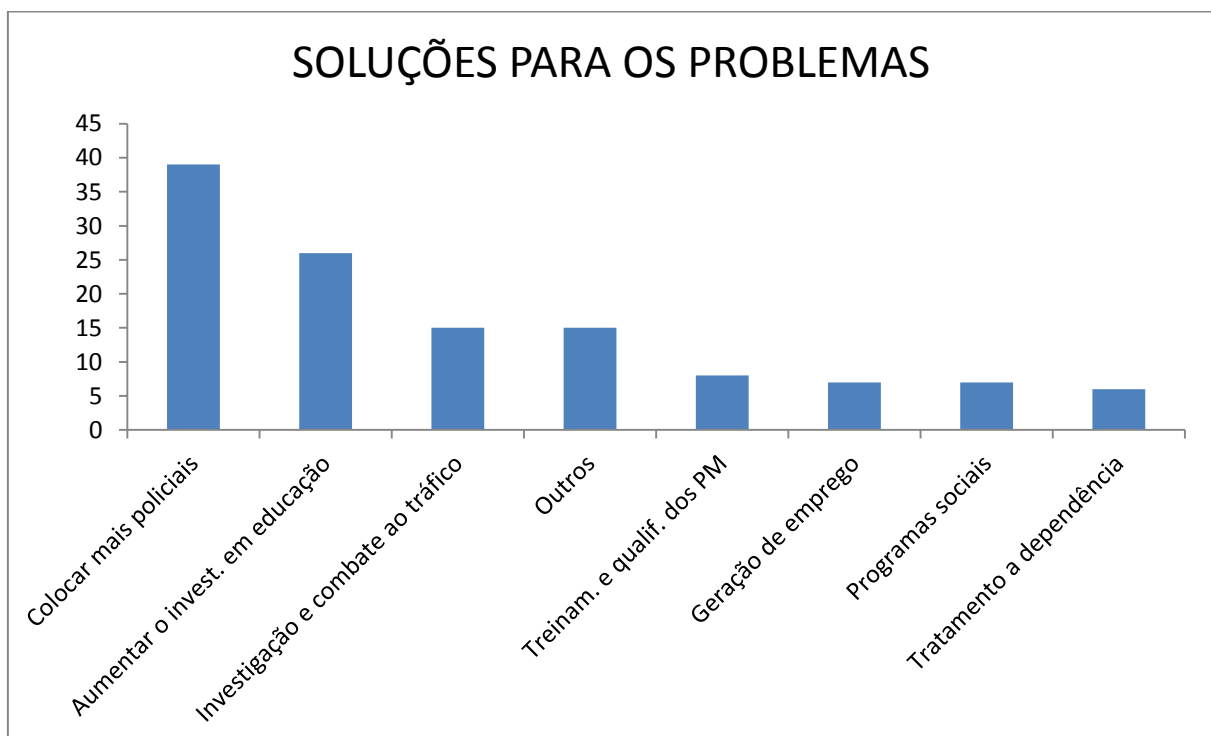


GRÁFICO 18 – POSSÍVEIS SOLUÇÕES INDICADAS PELAS PESSOAS.

Os dados apresentados no gráfico a seguir sobre a opinião da população a respeito dos serviços fornecidos no bairro revelam que o transporte coletivo, saneamento e iluminação pública foram avaliados, em média, como BOM. Por outro lado, é importante observar que a conservação das calçadas, bem como a atuação da Polícia Civil e dos Vereadores é considerada, em média, RUIM pelos moradores. Além disso, os serviços oferecidos pela Polícia Militar, assim como a disponibilidade de lugares para diversão, foram classificados entre BOM e REGULAR.

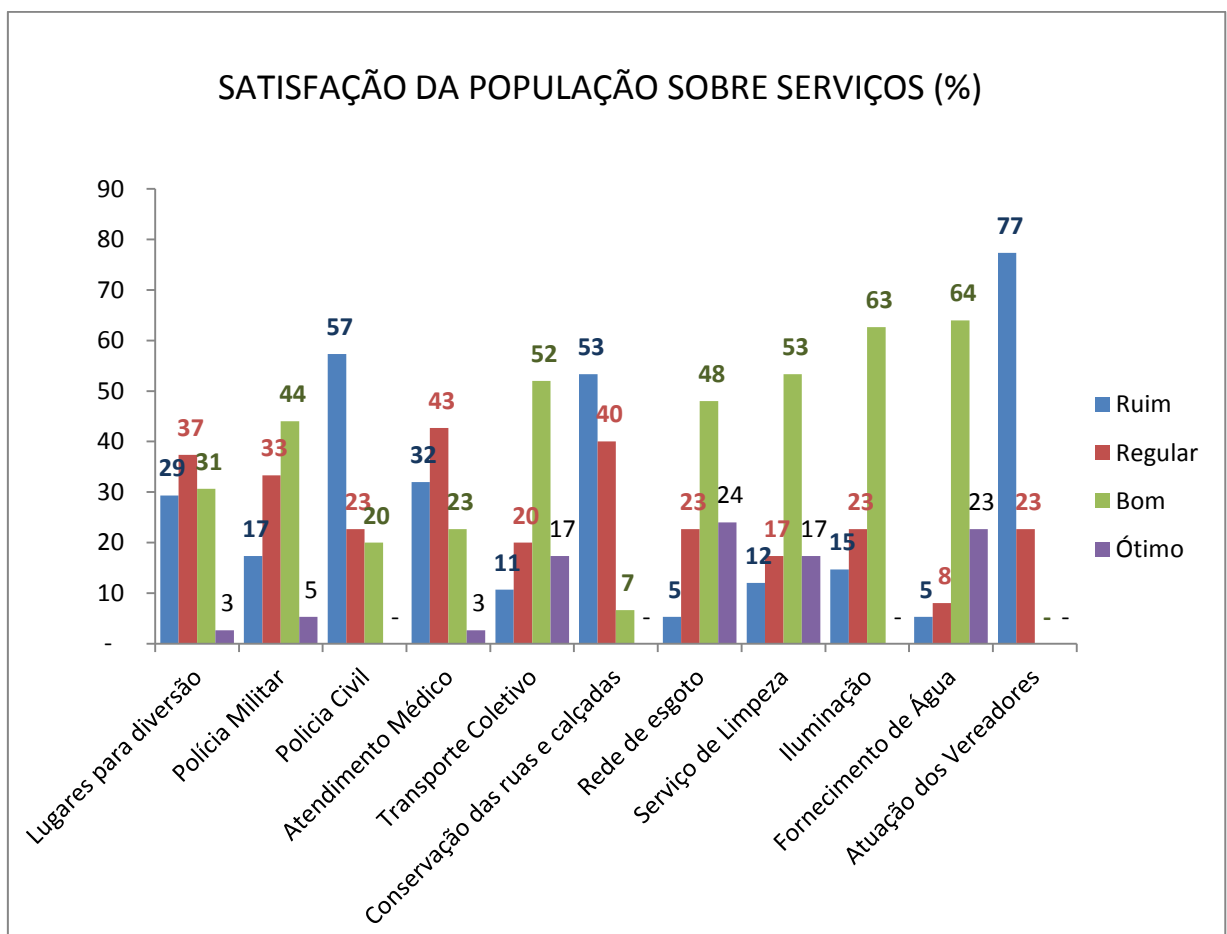


GRÁFICO 19 – A AVALIAÇÃO DA POPULAÇÃO SOBRE SERVIÇOS PÚBLICOS.

3.2 – DIAGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS

A classificação dos problemas levou em consideração três categorias para facilitar sua identificação. Quais sejam: o enquadramento como crime ou

contravenção penal, a sensação de medo provocado nos cidadãos, bem como a aparência dos ambientes e o comportamento das pessoas.

DIAGRAMA DE CLASSIFICAÇÃO DOS PROBLEMAS		
CRIME/CONTRAVENÇÃO	MEDO DO CRIME	DESORDEM
<ul style="list-style-type: none"> - Roubo - Infração de trânsito - Furto - Ameaça - Dano - Injúria - Lesão - Estelionato - Tráfico de drogas 	<ul style="list-style-type: none"> - Não fazem registro de ocorrências; - Insegurança ao andar pela vizinhança - Grande fluxo de pessoas desconhecidas e veículos - Medo de represálias 	<ul style="list-style-type: none"> - Pessoas estranhas no bairro; - Pichações; - Calçadas mal conservadas - Iluminação pública - Área do bosque - Sinalização inadequada das vias

3.3 – MÉTODO G.U.T.

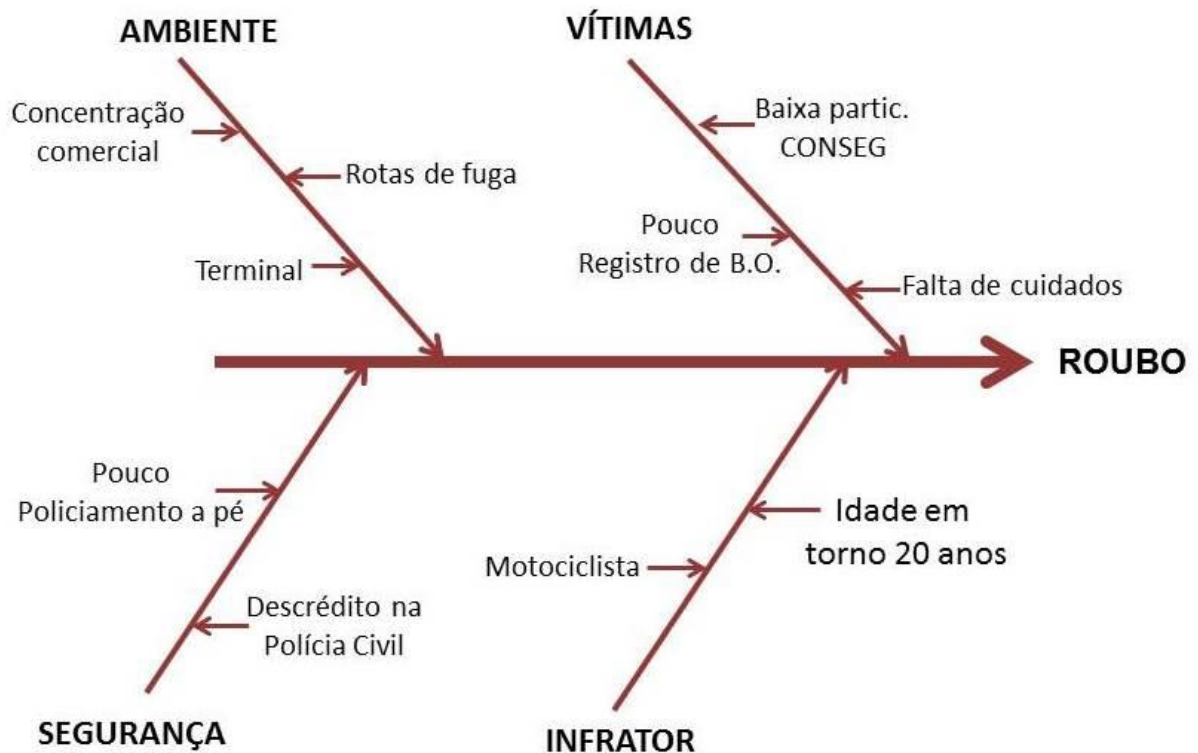
Partindo do princípio da análise e comparação da *gravidade*, *urgência* e *tendência* empregadas no método G.U.T. para identificar quais ações devem ser priorizadas, levou-se em consideração as informações prestadas pelos moradores durante a aplicação dos questionários, reportagens veiculadas nos meios de comunicação, bem como os dados de 2012 a maio de 2013 da SESP/PR.

Problema	Gravidade	Urgência	Tendência	(GxUxT)	Seq. de atividade
Roubo	5	5	5	125	1º
Infração de trâns.	5	4	4	80	3º
Furto	5	5	4	100	2º
Ameaça	3	3	3	27	7º
Dano	2	3	4	24	9º
Injúria	2	1	2	4	10º
Lesão Corporal	4	3	4	48	5º

Estelionato	5	2	3	30	6º
Tráfico de drogas	5	4	4	64	4º
Homicídio	5	2	2	20	8º

3.4 – DIAGRAMAS DE ISHIKAWA

A fim de estruturar hierarquicamente as causas potenciais dos principais problemas do bairro Capão da Imbuia utilizou-se o Diagrama de Ishikawa, pois esta é uma das ferramentas mais eficazes de agrupar e visualizar as várias causas que estão na origem qualquer problema ou de um resultado que se pretende melhorar.



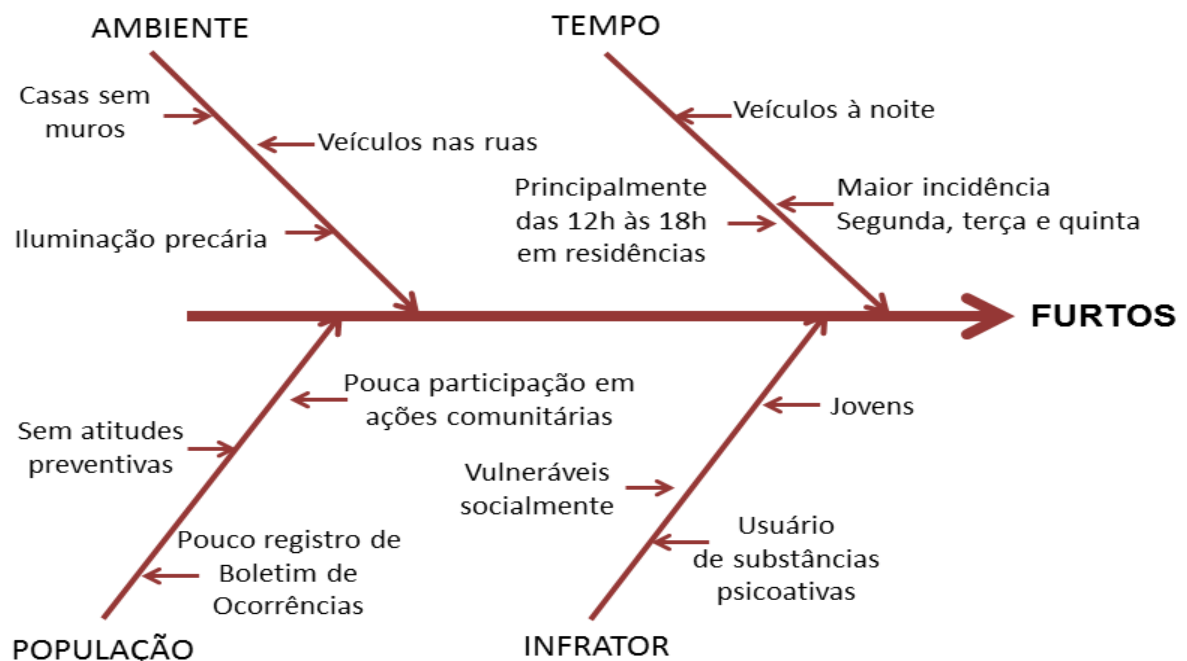
O roubo é um ilícito que foi apontado pelos cidadãos que residem no bairro Capão da Imbuia como o principal problema que atinge aquela comunidade. Essa situação fica evidente quando se leva em consideração os registros das ocorrências atendidas pelos órgãos da segurança pública até o mês de maio no Capão da Imbuia.

O banco de dados da SESP/PR aponta o roubo como o terceiro crime mais registrado naquele bairro, atrás apenas dos boletins gerados por furto ou ameaça. Além disso, várias reportagens veiculadas nos meios de comunicações destacam os

roubos que foram realizados, na maioria, por jovens com idade em torno de vinte anos de idade contra comerciantes, residências e transeuntes.

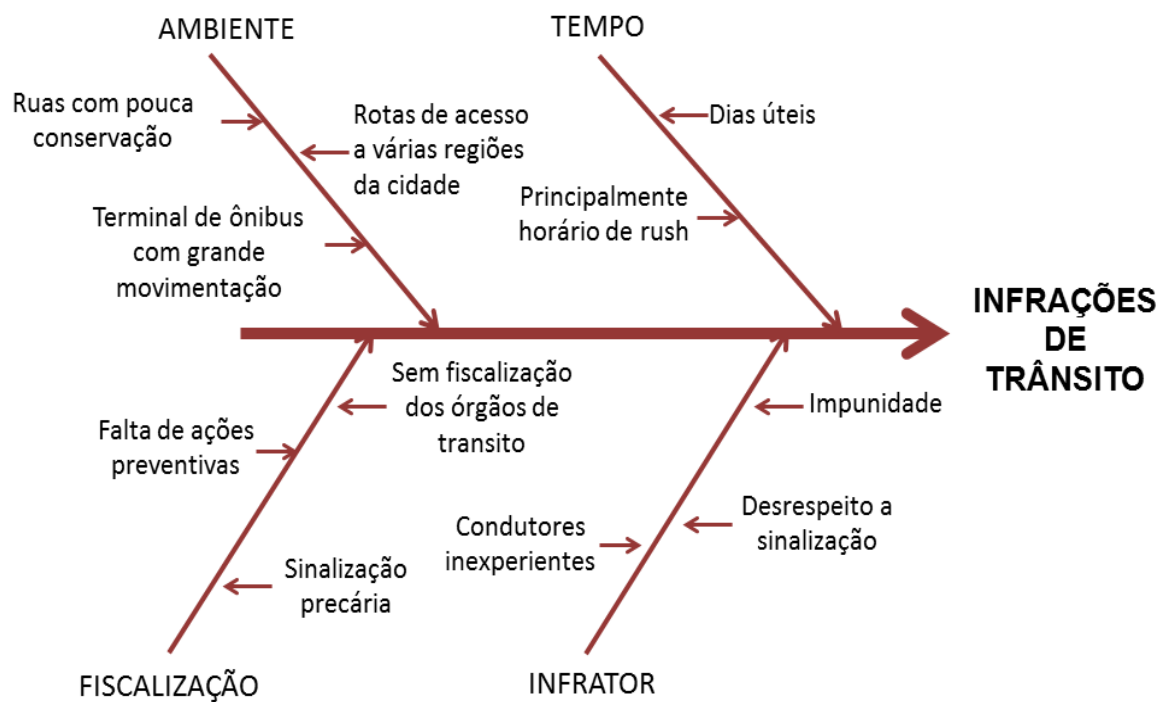
A análise dos dados da SESP/PR revela que a avenida Presidente Affonso Camargo, a rua del. Leopoldo Belczak, a rua prof. Nivaldo Braga e a avenida Victor Ferreira do Amaral são os locais onde mais foram registrados esse tipo de ocorrência.

Diversos fatores tornam o ambiente daquela comunidade propício para esse tipo de ocorrência, dentre os quais se pode destacar as atividades comerciais ali desenvolvidas, o movimento intenso de pessoas nas proximidades do terminal do Capão da Imbuia, bem como as possibilidades de evasão proporcionadas pelas diversas rotas de fuga para outros bairros e municípios. Aliado a isso é importante considerar também o baixo envolvimento da comunidade no combate a esse delito, pois são poucos moradores que efetivamente participam do Conselho Comunitário de Segurança a fim de tomarem conhecimento a respeito de medidas preventivas de segurança. E mais, os questionários aplicados aos moradores revelaram o descrédito da população em relação ao trabalho da Polícia Civil, bem como demonstram o afastamento do policiamento da maior parte da comunidade devido falta de um policiamento a pé mais efetivo.



Como principais produtos de furto temos objetos no interior de casas que são arrombadas ou, em algumas vezes, são deixadas abertas, além de, principalmente, objetos deixados no interior do veículo ao longo do bairro, em especial nas vias Av. Presidente Affonso Camargo, R. Deputado Leopoldo Belczak e Av. Victor Ferreira do Amaral, esta última com foco principal próximo a casa de shows Victória Villa.

Aliado ao ambiente de fluxo intenso, fator que influencia a consumação deste tipo de ocorrência, a população contribui deixando de tomar algumas providências necessárias, conforme mostrado no diagrama acima. Além disso, como aspecto principal, temos o baixo interesse e participação da população nas reuniões do CONSEG – Capão da Imbuia, favorecendo a falta de conhecimento que poderia ser utilizado para melhor evitar possíveis furtos futuros.



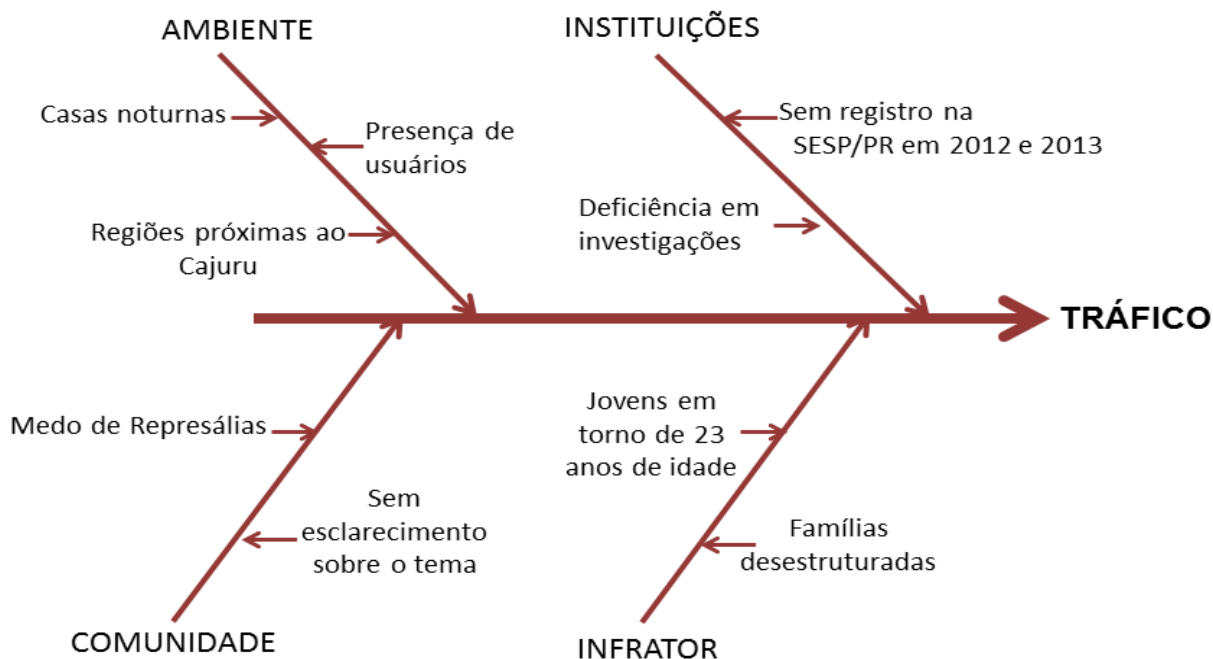
Ao analisar o diagrama de causa e efeito das infrações de trânsito percebe-se que existem quatro fatores que proporcionam as causas do problema. O primeiro é o ambiente, que corresponde ao espaço físico do bairro. No bairro Capão da Imbuia, devido sua localização, passam vias que dão acesso a várias regiões importantes da cidade, assim ocorre amplo fluxo de veículos que torna o trânsito conturbado. Na área do bairro existe um terminal de ônibus com grande movimentação de pessoas e ônibus, deste modo há muitos pedestres e ônibus saindo do terminal o que

influencia os demais veículos. Em pesquisa com os moradores e comerciários do bairro esses relataram que as vias estão com mal estado de conservação, para que o trânsito seja adequado e flua corretamente sem infrações é preciso que os condutores encontrem vias adequadas.

O tempo é outro fator dentro do problema. Através de base dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná constatou-se que as infrações de trânsito ocorridas no bairro acontecem predominantemente nos dias úteis, em específico de terça-feira à sexta-feira, esse é um resultado esperado, visto que nesses dias existem os expedientes de trabalho das pessoas, logo essas se deslocam de suas residências para os locais de trabalho e posterior retorno. É também, por influência desse fenômeno que os dados demonstram que as horas do dia nas quais ocorrem as infrações são as do horário de almoço e do fim de expediente.

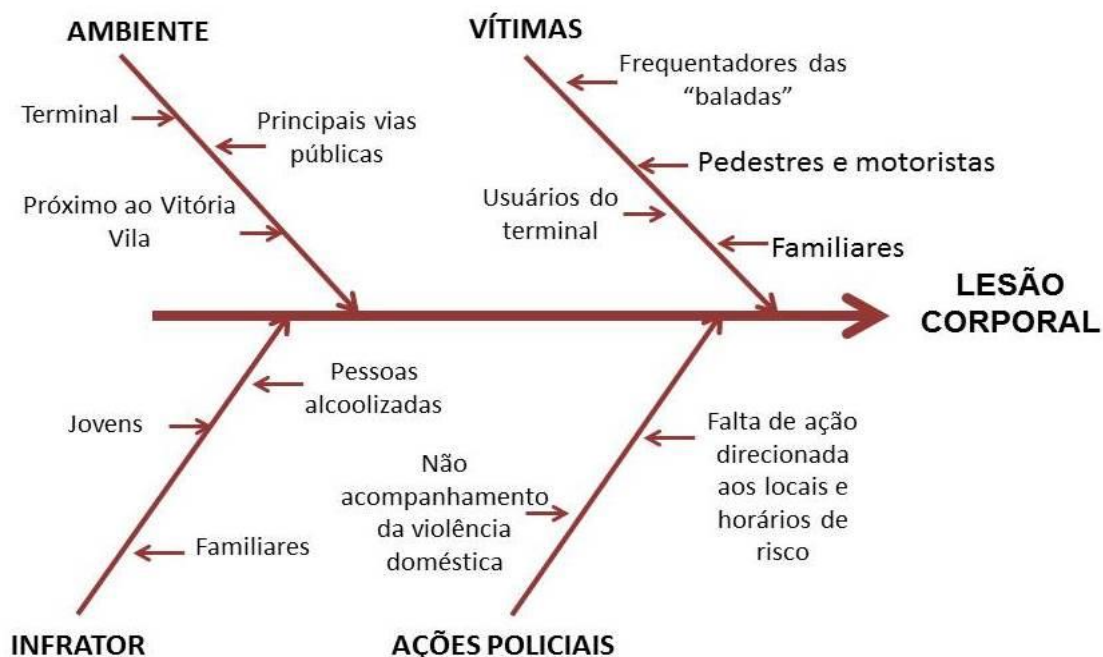
Para os veículos se locomoverem é preciso que alguém os conduza, conseqüentemente o infrator é fator das infrações. No Capão da Imbuia está localizada a sede do Departamento de Trânsito (DETRAN) da cidade de Curitiba, assim as vias do bairro são utilizadas por condutores em treinamento e pessoas que procuram os serviços do DETRAN, tais condutores não possuem muita experiência na direção de veículo o que os tornam mais desatentos às infrações. Também são comuns os condutores que desrespeitam a sinalização, muitas vezes pela sensação de impunidade por não serem fiscalizados.

O ultimo fator considerado é a fiscalização exercida no trânsito. Faltam no bairro campanhas de conscientização dos motoristas, estimulando o respeito às normas de trânsito e a educação. A sinalização das vias é precária a qual confunde os motoristas e, sem a devida orientação, favorece a ocorrência de infrações. Também é insuficiente a atuação dos órgãos fiscalizadores de trânsito, assim o motorista que não é punido cometendo uma infração tem grande possibilidade de cometê-la novamente, gera a impunidade já comentada anteriormente.



O problema do tráfico de drogas no Capão da Imbuia é de difícil precisão, pois os dados são resultado apenas das informações prestadas pelos integrantes do CONSEG e reportagens veiculadas na mídia. Isso tem ocorrido com uma maior frequência nas ruas com pouca circulação e baixa luminosidade. Os infratores são indivíduos que, em geral, convivem em famílias desestruturadas e de baixa renda, pois, segundo os moradores, podem ser oriundos do bairro Cajuru. Percebe-se que os moradores têm alguma informação, mas pouco esclarecimento sobre o tema uma vez que não entendem que o incentivo ao tráfico pode estar dentro de suas próprias residências através de familiares usuários.

Apesar de não constar registros de tráfico na base de dados da SESP, observam-se várias reportagens que noticiam prisões por tráfico no bairro. As informações foram dadas pelos cidadãos com forte receio, pois os moradores têm medo de represálias por parte dos traficantes. Mas sabe-se que as casas noturnas localizadas nas proximidades têm forte influência no problema.



O problema de lesão corporal é o quinto ilícito penal que mais ocorre no bairro Capão da Imbuia, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública do Paraná. Vale ressaltar que 18% das ocorrências registradas desse tipo são casos de violência doméstica e familiar.

Os ambientes em que ocorrem tais ocorrências são os mais variados, porém se pode destacar o interior do terminal de ônibus, proximidades a escolas e vias públicas, em especial a avenida Affonso Camargo, rua Leopoldo Belczak e avenida Victor Ferreira do Amaral. A maior incidência de lesão corporal ocorre a partir das 17h, nas quintas, sextas e sábados, bem como tem alguma relação com o consumo de bebidas alcoólicas.

As duas principais "baladas" que estão localizadas no bairro também exercem alguma influência para esse problema, pois aos redores do "Victória Villa" e do "Baila Comigo" há grande incidência de jovens, que em virtude do alto consumo de bebidas alcoólicas e seu espírito contestador e violento acabam envolvidos em brigas. As vítimas deste ilícito são em geral os mesmos jovens que frequentam os bares e a localidade.

Por fim, quanto às ações policiais evidencia-se a falta de um policiamento direcionado aos locais e horários em que o problema ocorre. Também não há um acompanhamento direcionado aos de violência doméstica e familiar. Outro fator que

desperta atenção e falta de uma fiscalização de trânsito adequada, pois boa parte das lesões corporais são decorrentes de ocorrências de trânsito.

3.5 – PLANOS DE AÇÃO DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO

PLANO DE AÇÃO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (5W2H) (ROUBO)					2º CFO PM Pelotão B
EVENTO: Programa Capão da Imbuia mais Seguro			LOCAL: CONSEG/Capão da Imbuia		DATA – 15/11/2013.
OBJETIVO (Why)	Proporcionar maior sensação de segurança e reduzir os índices de roubos no bairro Capão da Imbuia.				Próxima Reunião 25/11/2013.
AÇÃO (WHAT)	COMO (HOW)	QUANDO (WHEN)	ONDE (WHERE)	QUEM (WHO)	QUANTO CUSTA (HOW MUCH)
Patrulhamento Motorizado	Aplicando efetivo ROTAM em abordagens a suspeitos	Diariamente entre 18h e 00h, a partir de Dezembro/13	Locais de risco do bairro	1 Vtr ROTAM / 20º BPM	A definir
Identificação Infratores	Levantamento através do setor de Inteligência/ P2	A partir de Janeiro/14	Levantamento de dados no bairro e SESP/PR.	Setor Inteligência P2 / 20º BPM	A definir
Mobilização dos comerciantes	Instalações de sistemas de segurança	A partir de Janeiro/14	Pontos de risco do bairro	2ª CIA 20º BPM e ECAPI	A definir
Incentivar participação da comunidade no CONSEG	Visitas às residências e comércios	A partir de Dezembro/13	Todo bairro Capão da Imbuia	2ª CIA 20º BPM	A definir
Divulgar ações preventivas aos transeuntes	Através de cartilhas	Janeiro/14	Principais vias e Terminal	Integrantes do CONSEG	A definir
Política de aproximação	Visita às residências	Janeiro/2014	Todo bairro Capão da Imbuia	2ª CIA 20º BPM e CONSEG	A definir
Responsáveis pelas METAS – Cad. 2º CFO PM Mastine, Cad. 2º CFO PM Vilson, Cad. 2º CFO PM André, Cad. 2º CFO PM Camara, Cad. 2º CFO PM Ferreira.			Outros contatos importantes: 1º Ten. QOPM Araújo, (Cmt. 2ª Cia/20ºBPM), 1º Ten. QOPM Durante (Instrutor), Sr. Fernando José Rodrigues de Oliveira (Pres. CONSEG/Capão da Imbuia), Del. titular do 6º D P Alessandro Roberto Luz.		

PLANO DE AÇÃO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (5W2H) (INFRAÇÕES DE TRÂNSITO)					2º CFO PM Pelotão B
EVENTO: Programa Capão da Imbuia mais Seguro		LOCAL: CONSEG/Capão da Imbuia			DATA – 15/11/2013.
OBJETIVO (Why)	Melhorar a sensação de segurança no trânsito e reduzir os índices de infrações de trânsito no Bairro Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba.				Próxima Reunião 15/12/2013.
AÇÃO (WHAT)	COMO (HOW)	QUANDO (WHEN)	ONDE (WHERE)	QUEM (WHO)	QUANTO CUSTA (HOW MUCH)
Orientar os condutores sobre as normas de trânsito.	Blitz de conscientização sobre a importância de se respeitar as normas de trânsito.	Durante a segunda quinzena do mês de novembro.	Nas proximidades do DETRAN e do terminal do Capão da Imbuia.	10 cadetes do 2º CFO PM que já tiveram policiamento de trânsito e legislação de trânsito.	R\$ 500,00 para fabricação de material didático.
Aumentar a fiscalização pelas autoridades de trânsito.	Operações de fiscalização, sendo fixas e móveis nas vias do bairro.	Três vezes por mês em diferentes vias do bairro.	Nas proximidades do DETRAN e do terminal do Capão da Imbuia.	5 PM do batalhão de trânsito e 10 agentes da SETRAN.	Valor da remuneração dos servidores.
Programa de regulação das sinalizações das vias.	Regular a ação dos semáforos e aumentar o número de placas de sinalização nas vias.	A partir da segunda quinzena de novembro até o final de janeiro.	Nas vias com sinalização mais precárias do bairro.	Engenheiros da SETRAN.	R\$ 165.000,00
Controle do tráfego nos horários de RUSH.	Fiscalização da fluência e do tráfego nos horários de movimento.	De terça-feira a sexta-feira.	Vias de maior movimentação de veículos e pedestres.	2 agentes da SETRAN.	Valor da remuneração dos servidores.
Programa de recapeamento das vias do bairro.	Reconstrução do revestimento asfáltico das principais vias.	Durante todo o primeiro semestre de 2014.	Vias de maior movimentação de veículos.	Prefeitura de Curitiba – Regional Cajuru.	R\$ 2.300.000,00.
Revitalização do terminal de ônibus do Capão da Imbuia	Reforma das instalações dentro e fora do terminal	Início de 2014	Terminal Capão da Imbuia	Prefeitura de Curitiba – Regional Cajuru	R\$ 150.000,00.
Responsáveis pelas METAS – Cad. 2º CFO PM Mastine, Cad. 2º CFO PM Vilson, Cad. 2º CFO PM André, Cad. 2º CFO PM Camara, Cad. 2º CFO PM Ferreira.			Outros contatos importantes: 1º Ten. QOPM Araújo, (Cmt. 2ª Cia/20ºBPM), 1º Ten. QOPM Durante (Instrutor), Ten.-Cel. QOPM Valterlei Mattos de Souza (Cmt. Do BPtran), Sr. Fernando José Rodrigues de Oliveira (Pres. CONSEG/Capão da Imbuia), Luiza Simonelli (Secretária SETRAN).		

PLANO DE AÇÃO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (5W2H) (TRÁFICO)					2º CFO PM B
EVENTO: Programa Capão da Imbuia mais Seguro		LOCAL: CONSEG Capão da Imbuia			DATA – 15/11/2013
OBJETIVO (Why)	Trazer segurança e diminuir os índices de tráfico de entorpecentes no Bairro Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba.				Próxima Reunião 15/12/2013
AÇÃO (WHAT)	COMO (HOW)	QUANDO (WHEN)	ONDE (WHERE)	QUEM (WHO)	QUANTO CUSTA (HOW MUCH)
Patrulhamento no terminal, nas Praças e ruas com mais incidência de tráfico.	Aplicancar a equipe da ROTAM em abordagens a suspeitos	Diariamente das 20h às 04h, a partir da data de 01/01/14.	Praça Guilherme Donatti, Praça Francisca Toni Mathias, Praça Profª Rosário F. Mansor Guérios, Terminal de Ônibus, Escolas e ruas com maior frequência de crimes de tráfico.	01 vtr ROTAM / 20º BPM	A definir
Identificação e prisão de traficantes	Levantamento através do setor de Inteligência/ P2 e Polícia Civil.	A partir da data de 01/01/14.	Praça Guilherme Donatti, Praça Francisca Toni Mathias, Praça Profª Rosário F. Mansor Guérios e ruas onde haja denuncia de consumo e venda de entorpecentes.	Inteligência P2 / 20º BPM, 6º DP	A definir
Prevenção de consumo de drogas	Palestras em escolas.	Início do ano letivo 2014.	Escolas de Ensino Médio e Fundamental	BPEC	A definir
Campanha de incentivo as denúncias (Narcodenuncia)	Distribuição de folders e divulgação do serviço	A partir da data de 01/01/14.	No entorno do bairro e nas reuniões do CONSEG	UPS Cajuru e CONSEG Capão da Imbuia	A definir
Projetos de Recuperação de Dependentes Químicos	Parceria com a Secretaria de Saúde Municipal e Estadual	Janeiro/14.	CAPS e CRAS	Funcionários especializados em dependentes	A definir
Prática de Policiamento Comunitário	Policiamento preventivo e aproximação da PM com a comunidade	A partir de Janeiro de 2014	Comércios e residências	RPA e Policiamento a pé	A definir
Responsáveis pelas METAS – Cad. 2º CFO PM Mastine, Cad. 2º CFO PM Vilson, Cad. 2º CFO PM André, Cad. 2º CFO PM Câmara, Cad. 2º CFO PM Ferreira.			Outros contatos importantes: 1º Ten. QOPM Araújo, (Cmt. 2ª Cia/20ºBPM), 1º Ten. QOPM Durante (Instrutor), Sr. Fernando José Rodrigues de Oliveira (Pres. CONSEG/Capão da Imbuia), Del. titular do 6º D P Alessandro.		

PLANO DE AÇÃO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (5W2H) (FURTO)					2º CFO PM B
EVENTO: Programa Capão da Imbuia mais Seguro			LOCAL: CONSEG Capão da Imbuia		DATA – 15/11/2013.
OBJETIVO (WHY)	Diminuir o número de ocorrências de furto no bairro Capão da Imbuia.				Próxima Reunião 15/12/2013.
AÇÃO (WHAT)	COMO (HOW)	QUANDO (WHEN)	ONDE (WHERE)	QUEM (WHO)	QUANTO CUSTA (HOW MUCH)
Patrulhamento intensivo	Ampliar atuação das viaturas no local	Em horários de maior ocorrência deste fato	Ruas e avenidas de maior predominância desta ocorrência	Policiais militares da própria RPA	Custos indiretos não mensuráveis
Implantação de câmeras	Instalação de câmeras aéreas com bom alcance visual	Previsão de término de implantação em abril/2014	Locais de maior incidência deste tipo de ocorrência	Membros ativos do CONSEG e representantes comerciais	R\$ 50.000,00 para cobertura das principais áreas de risco
Divulgação do CONSEG	Criação de banners e cartazes	Início em fevereiro/2014	Áreas de maior circulação de moradores do local	Membros ativos do CONSEG	R\$ 10.000,00 para criação de 10 (dez) banners
Prender cidadãos infratores	Cumprir mandados de prisão e apreensão	Início em janeiro/2014	Locais de homizio, hotéis e imóveis abandonados	Serviço de inteligência e PC	Custos indiretos não mensuráveis
Melhoria da iluminação	Substituição de lâmpadas queimadas das vias públicas	Início em dezembro/2014	Toda área do bairro	COPEL	Custos indiretos não mensuráveis
Identificação de áreas vulneráveis	Análise dos locais de maior predominância de ocorrências	Início em dezembro/2014	Toda área do bairro	Cmt. de Cia e ppm atuantes no bairro	Custos indiretos não mensuráveis
Responsáveis pelas METAS – Cad. 2º CFO PM Mastine, Cad. 2º CFO PM Vilson, Cad. 2º CFO PM André, Cad. 2º CFO PM Câmara, Cad. 2º CFO PM Ferreira.			Outros contatos importantes: 1º Ten. QOPM Araújo, (Cmt. 2ª Cia/20ºBPM), 1º Ten. QOPM Durante (Instrutor), Sr. Fernando José Rodrigues de Oliveira (Pres. CONSEG/Capão da Imbuia), Del. titular do 6º D P Alessandro Roberto Luz.		

PLANO DE AÇÃO DE POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (5W2H) LESÃO CORPORAL					2º CFO PM B
EVENTO: Programa Capão da Imbuia mais Segura			LOCAL: CONSEG/Capão da Imbuia		DATA – 15/11/2013.
OBJETIVO (Why)	Proporcionar maior sensação de segurança e reduzir os índices de lesão corporal no Bairro Capão da Imbuia, na cidade de Curitiba.				Próxima Reunião 25/11/2013.
AÇÃO (WHAT)	COMO (HOW)	QUANDO (WHEN)	ONDE (WHERE)	QUEM (WHO)	QUANTO CUSTA (HOW MUCH)
Patrulhamento Motorizado	Aplicando efetivo ROTAM em abordagens a suspeitos	Nas quintas, sextas e sábados, principalmente nos horários a partir das 17h.	Locais próximos a Av. Victor Ferreira do Amaral.	1 Vtr ROTAM / 20º BPM	A definir
Intensificação do patrulhamento ostensivo	Especificando uma viatura para os horários mais críticos nos locais especificados como problema.	Principalmente nos horários a partir das 17h nas quintas, sextas e sábados.	Próximo aos bares que funcionam a noite, e baladas.	RPA	A definir
Visita a vítimas de violência doméstica	Através de dados da SESP, identificar e acompanhar as vítimas.	A partir de Janeiro/14	Principalmente nas áreas de divisa com o bairro Cajuru.	2ª CIA 20º BPM	A definir
Incentivar participação da comunidade no CONSEG	Visitas às residências e comércios	A partir de Dezembro/13	Todo bairro Capão da Imbuia	2ª CIA 20º BPM	A definir
Palestras sobre substâncias psicoativas	Através de Palestras e cartilhas da SESP	Janeiro/14	Nas reuniões do CONSEG, escolas e por meio de ciclos de palestras.	Policiais da área, além de policiais do BPEC.	A definir
Acompanhamento das vítimas e infratores	Reuniões bimestrais	Janeiro/14	Sede da Associação	Associação de bairro	Sem custo
Responsáveis pelas METAS – Cad. 2º PM Mastine, Cad. 2º PM Vilson, Cad. 2º PM Ferreira, Cad. 2º PM Câmara, Cad. 2º PM André.			Outros contatos importantes: 1º Ten. QOPM Araújo, (Comandante 2ª Cia/20º BPM), Sr. Fernando (Pres. CONSEG/Capão da Imbuia), Dr. Delegado (Polícia Civil), Inspetor Tal (GMC) e Dr. José dos Anzóis (Juiz).		

METODOLOGIA

O presente trabalho foi construído a partir da realização de uma pesquisa sociográfica do tipo descritiva com enfoque quali-quantitativo, baseada nos dados disponíveis no site do IPPUC (Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba). Além disso, foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais.

Inicialmente, com o intuito de estabelecer um parâmetro, foram utilizados dados estatísticos referentes às ocorrências predominantes no bairro Capão da Imbuia no ano de 2012 até maio de 2013, a partir do banco de dados da SESP/PR para posterior correlação com os dados levantados em campo através dos questionários aplicados in loco.

De forma qualitativa, deslocamos até o bairro para que pudéssemos conhecer pessoalmente toda sua área de abrangência, fazendo anotações dos problemas visualizados e identificando alguns pontos que fossem de significativa importância para nossa pesquisa.

Utilizamos ainda como instrumento de coleta de dados um questionário com questões diretas e indiretas, conforme anexo I, disponibilizado previamente pelo Sr. 1º Ten. QOPM Eliéser Antonio Durante Filho, instrutor da disciplina Prática de Policiamento Comunitário, para realizar a abordagem de moradores, comerciantes e transeuntes que residem ou trabalham no local, para que pudessem nos fornecer informações referentes aos principais problemas presentes no bairro de acordo com a população local. Foram entrevistadas 75 pessoas, todos maiores de 18 anos, de ambos os sexos, abordadas nas vias e residências pelo grupo. Suas respostas foram posteriormente tabuladas para análise dos resultados.

Baseado nos dados obtidas com a população e as outras fontes foi elaborado o Diagrama de Classificação dos Problemas. Em seguida se classificou os problemas presentes no bairro de acordo com sua relevância utilizando o método GUT (gravidade, urgência e tendência).

Elencados os 5 (cinco) problemas principais do bairro Capão da Imbuia, foram analisadas as causas e os efeitos a curto e a longo prazo das situações levantadas utilizando o Diagrama de Ishikawa, também chamado de Diagrama de Causa e Efeito.

Por fim, com base no Diagrama 5W2H, elaborou-se o Plano de Ação de Policiamento Comunitário, propondo ações de caráter geral, que possam auxiliar extinguindo as causas que originam os problemas citados.

O método GUT é uma ferramenta de auxílio na priorização de ações, especialmente quando elas não apresentam dados quantificáveis. É um trabalho em grupo e a priorização pode ser feita utilizando consenso ou multivotação. O consenso é obtido a partir de uma argumentação lógica acerca do grau de gravidade, urgência e tendência das questões/problemas em análise. Gerar consenso a partir de argumentação lógica não é tarefa simples, mas possibilita a participação democrática, considerando a opinião de todos os participantes, com o cuidado de não perder o foco, caindo em discussões inócuas e sem resultados. O método da multivotação, onde cada um vota em suas prioridades em cada uma das dimensões GUT, pode agilizar o processo, mas deve ser complementado com um consenso debatido para priorização final dos 3 itens mais votados.

As definições de GUT e os valores normalmente definidos para avaliar as três dimensões são os seguintes:

P o n t o s	G	U	T
	Quando há perigo de vida, risco de acidentes, risco de perdas materiais, risco de não atingir o resultado desejado, etc.	É muito urgente quando não se pode esperar mais para agir e a ação deve ser feita o mais rapidamente possível.	A tendência indica o quanto o problema vai aumentar se nada for feito.
5	Os prejuízos ou dificuldades são extremamente graves.	É necessária uma ação imediata.	Se nada for feito, haverá um grande agravamento do problema. Os prejuízos ou dificuldades são graves.
3	Os prejuízos ou dificuldades são graves.	É necessária uma ação o mais cedo possível.	Se nada for feito, haverá agravamento em médio prazo.
1	Os prejuízos ou dificuldades não são graves.	Não há pressa para agir.	Se nada for feito, não haverá agravamento, podendo até melhorar.

O diagrama de espinha de peixe é um instrumento gráfico para identificar, organizar e apresentar de modo estruturado as causas de problemas em processos. É também frequentemente designado por digrama de causa-efeito ou diagrama de Ishikawa. O seu autor foi Kaoru Ishikawa (1915-1989) um dos nomes de topo do movimento para a qualidade total no Japão, que o começou a usar na década de 1960.

A construção do diagrama pode ser feita por uma pessoa apenas ou, de modo participativo, em grupo podendo ser usado o *brainstorming* para a identificação das causas. Permite uma exploração sistemática dos diversos aspectos do problema pelo grupo, produzindo um conjunto significativo de informação que:

- Auxilia a determinar a origem, ou causa última, do problema;
- É apresentado de forma fácil de compreender e assimilar;
- Aumenta o conhecimento sobre o processo levando cada um dos participantes na sua elaboração a aprender mais sobre os fatores em presença e como é que eles interagem entre si;
- Identifica as áreas em que é preciso recolher dados para aprofundar o estudo.

O Diagrama 5W2H, basicamente, é um *checklist* de determinadas atividades que precisam ser desenvolvidas com o máximo de clareza possível por parte dos colaboradores da empresa. Ele funciona como um mapeamento destas atividades, onde ficará estabelecido o que será feito, quem fará o quê, em qual período de tempo, em qual área da empresa e todos os motivos pelos quais esta atividade deve ser feita. Em um segundo momento, deverá figurar nesta tabela como será feita esta atividade e quanto custará aos cofres da empresa tal processo.

Esta ferramenta é extremamente útil para as empresas, uma vez que elimina por completo qualquer dúvida que possa surgir sobre um processo ou sua atividade. Em um meio ágil e competitivo como é o ambiente corporativo, a ausência de dúvidas acelera e muito as atividades a serem desenvolvidas por colaboradores de setores ou áreas diferentes. O nome desta ferramenta foi assim estabelecido por juntar as primeiras letras dos nomes (em inglês) das diretrizes utilizadas neste processo:

- What – O que será feito (etapas)
- Why – Por que será feito (justificativa)
- Where – Onde será feito (local)
- When – Quando será feito (tempo)
- Who – Por quem será feito (responsabilidade)
- How – Como será feito (método)
- How much – Quanto custará fazer (custo)

CONCLUSÃO

Durante a ditadura militar ocorreu séria violação dos direitos políticos e a supressão de direitos e garantias individuais de todos os cidadãos brasileiros. Nesse período algumas camadas sociais reconhecem e vivenciam problemas no setor da saúde, do ensino público, de um mercado de trabalho sem oportunidades ou escasso, da falta de moradia e outras demandas, ocasionando insatisfação geral no que se refere aos serviços prestados pelo Estado. Diante de tal situação o governo vigente estabeleceu, principalmente através dos órgãos da segurança pública, um permanente controle sobre a mídia e a educação, assim como torturas, assassinatos e desaparecimentos forçados de opositores do regime. A prisão arbitrária por tempo indeterminado e a censura prévia foram especialmente importantes para a prática e acobertamento da tortura.

A legalidade democrática, porém, só foi estabelecida a partir de 1988, com a Assembleia Nacional Constituinte e as eleições diretas para o poder legislativo e o poder executivo em nível municipal, estadual e federal. Assim a chamada “Constituição Cidadã” definiu os direitos dos cidadãos, sejam eles individuais, coletivos, sociais ou políticos.

Nesse cenário percebe-se a emergência de um novo significado da política de segurança, através da discussão sobre o exercício da ordem pública e cidadania. Então em harmonia a tais objetivos foi incluído no artigo 144 da Constituição Federal de 1988, o tema da segurança pública para a garantia do bem estar do cidadão, através do oferecimento da segurança pública que o valorize.

A partir de então se tomou como referência as reformas das polícias ocorridas nos anos 70 do século passado nos Estados Unidos da América e Reino Unido, que passaram a estabelecer certa articulação com as redes de serviço social, dando origem aos primeiros programas de policiamento comunitário. Essa integração com todas as agências do Estado e a realização de parcerias com organizações privadas e com a sociedade é essencial para a renovação e o fomento de ações que diminuam as mazelas sociais existentes através de ações preventivas.

Em consonância a tais objetivos desde o ano 2000 o Governo Federal, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), tem desenvolvido ações para formar policiais que atuem de maneira adequada a uma sociedade democrática. Para isso apresentou a Matriz Curricular Nacional (MCN) para a

formação policial, buscando formatar o ensino policial desenvolvido nas escolas de segurança pública de todo o país.

Mas antes mesmo dessa iniciativa, desde a década de 1980 tem início o crescente debate nacional sobre novas possibilidades de interpretação e tratamento dos conflitos de onde surgiram novas experiências e argumentos que ressaltam a participação da sociedade civil nas políticas de segurança pública. Ou seja, a gestão da segurança deixa de ser compreendida como unicamente “questão de polícia”, de uma ordem pública a ser imposta pelo aparato repressivo do Estado.

Então nesse contexto de redemocratização do Brasil, aparecem os Conselhos de Segurança Comunitária como proposta inovadora na área de segurança pública. O CONSEG representa a construção do espaço público nas relações entre polícia e comunidade para identificar e intervir na prevenção e problemas de segurança local. Porém durante a aplicação dos questionários aos moradores do bairro Capão da Imbuia, percebeu-se que apesar de o bairro ter um Conselho de Segurança Comunitário bem estruturado, a participação da comunidade em geral ainda é pequena. Pois quando se questionava se o morador participava do CONSEG poucos ao menos sabiam o que significava essa sigla. Isso evidencia que ainda há necessidade de campanhas para incentivar a participação mais efetiva dos moradores no CONSEG e, conseqüentemente, na atuação contra os problemas que atingem o bairro.

Apesar disso há um grupo de pessoas comprometidas com o bem estar social dos moradores do Capão da Imbuia, que buscam alternativas para combater a criminalidade na comunidade. Esse é o caso de moradores que buscaram interação com os integrantes do CONSEG do bairro Guabirotuba a fim de instalarem o projeto “Vizinho de Olho” no Capão da Imbuia, o qual já está em funcionamento em três ruas do bairro. Porém esse projeto somente se expandirá se mais moradores se comprometerem e se engajarem nas atividades do conselho de segurança.

Essa interação entre CONSEGs é de grande relevância, pois abre possibilidades de atuação em conjunto de moradores de diferentes bairros. Esta seria uma alternativa para os cidadãos do Capão da Imbuia, uma vez que vários moradores se queixaram de sofrerem com a presença pessoas estranhas infratoras possivelmente oriundas do Cajuru, que é bairro vizinho.

Quanto aos problemas relacionados aos tipos penais mais comuns que ocorrem naquela comunidade como os roubos, os furtos, lesões corporais; a

participação da comunidade com informações e atitudes preventivas é de fundamental importância para aumentar a sensação de segurança, mas as autoridades públicas precisam readequar suas ações no bairro.

Os políticos e a Polícia Civil, por exemplo, têm grande índices de reprovação entre os moradores, o que revela a necessidade de mais projetos e ações para o bairro ou divulgar mais seus trabalhos realizados no local. Por outro lado, órgãos como a Polícia Militar com o auxílio dos cidadãos precisam focar suas ações em locais e horários específicos em que ocorrem determinadas ocorrências. Dentre os locais que merecem atenção pode-se citar o terminal do Capão da Imbuia e a rua Nivaldo Braga, avenida Affonso Camargo e avenida Victor Ferreira do Amaral, estas merecem especial atenção às ocorrências de trânsito.

Em relação às ocorrências domésticas, pode-se tomar como exemplo o que foi empregado na Polícia Militar do Rio Grande do Sul onde se montou uma equipe de policiais que realizam visitas nas residências onde ocorreram casos desse tipo violência.

Portanto, nesses e outros casos fica evidente a necessidade de aproximação mais efetiva entre a polícia e a comunidade, pois assim a polícia receberá informações mais precisas ao mesmo tempo em que dará orientações sobre atitudes preventivas para os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, S. **Monopólio estatal da violência na sociedade brasileira contemporânea**. In Miceli, Sérgio (Org.). O que ler na Ciência Social brasileira. São Paulo: Sumaré, 2002, volume IV, p.267-307.

ALMEIDA PINTO, N. M.; FIÚZA, A. L. C.; COUTINHO, A. S. L.; **Participação, poder e cidadania em conselhos de segurança pública: novos discursos, antigas práticas. Praia Vermelha**. Estudos de Política e Teoria Social. Rio de Janeiro, números 14 e 15, primeiro e segundo semestre de 2006.

BARREIRA, C (org.). **Questão de segurança. Políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004 (Coleção Antropologia da Política).

BENGOCHEA, Jorge Luiz Paz; GUIMARÃES, Luiz Brenner; GOMES, Martin Luiz; ABREU, Sérgio Roberto. **A transição de uma polícia de controle para uma polícia cidadã**. São Paulo em Perspectiva. v. 18. n. 01, 2004, p. 119 – 131. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22234.pdf>>. Acesso em: 13 set. 2013.

BONDARUK, Roberson e, SOUZA, César Alberto (2007), **Polícia Comunitária – Polícia Cidadã para um Povo Cidadão**. Curitiba, Associação da Vila Militar.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988.

_____. **Decreto-Lei 667, de 2 de julho de 1969**. Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal e dá outras providências.

CALDEIRA, T. P. R. **Cidade de Muros**. Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Edusp/Editora 34, 2000, tradução de Frank de Oliveira e Henrique Monteiro.

COMACK, E.; Silver, J. A **Canadian exception to the punitive turn? community responses to policing practices in winnipeg’s innEr City**. Canadian Journal of Sociology/Cahiers Canadiens de Sociologie. V. 33, n. 4, p. 815-844. 2008. Disponível em: <<http://ejournals.library.ualberta.ca/index.php/CJS/article/view/1607/3650>>. Acesso em: 17 set. 2013.

DIAS NETO, T. **Segurança urbana**. O modelo da nova prevenção. São Paulo: Revista dos Tribunais: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GARCIA, L.; Gu, J.; PATTAVINA, A.; PIERCE, G. **Determinants of Citizen and Police Involvement in Community Policing, Final Report**. The City of Boston Police Department and The National Institute of Justice U.S. Department of Justice. January 2002. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/grants/199367.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CURITIBA (IPPUC) <http://curitibaemdados.ippuc.org.br/Curitiba_em_dados_Pesquisa.htm> Acesso em: 19 set. 2013.

JOHNSON, T. A. **Police Resistance to Police Community Relations: The Emergence of the Patrolman Subculture.** J. Forensic Sci, v. 17, n. 3, Jul. 1972. Disponível em: <http://library-resources.cqu.edu.au/JFS/PDF/vol_17/iss_3/JFS173720464.pdf>. Acesso em: 19 set. 2013.

MARIANO, B. D. **Por um novo modelo de polícia no Brasil: a inclusão dos municípios no sistema de segurança pública.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

MEES e III, E. **Perspectives in Police. Community Policing and the Police Officer. e National Institute of Justice, U.S.** Department of Justice, and the Program in Criminal Justice Policy and Management, John F. Kennedy School of Government, Harvard University. n. 15, january 1993. Disponível em: <<https://www.ncjrs.gov/pdffiles1/nij/139164.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2013.

MONJARDET, Dominique (1996), **Ce que fait la police: sociologie de la force publique.** Paris, Éditions la Découverte.

Neves, P. S. C. **Polícia comunitária e participação social na segurança pública em Sergipe.** Revista: Fapese, Sergipe, v.3, n.1, p.87 a 128, jan/jun 2007.

OSCE. **The Organization for Security and Co-operation in Europe.** Guidebook on Democratic Policing by the Senior Police Adviser to the OSCE Secretary General, Vienna. 2006.

PETERSON, A. **From Great Britain to Sweden—The Import of Reassurance Policing.** Local Police Offices in Metropolitan Stockholm. Journal of Scandinavian Studies in Criminology and Crime Prevention. v. 11, p. 25–45, 2010.

PINHEIRO, P. S.; ALMEIDA, G. A. **Violência urbana.** São Paulo: PubliFolha, 2003.

PREFEITURA DE CURITIBA. Portal de Serviços de Curitiba. Disponível em: <<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/pesquisa/assunto-0/orgao-0/bairro-20>>. Acesso em 10 outubro 2013.

SANTOS Jr, A. A.; SILVA FILHO, D. B.; Cella, H. Demandas por segurança pública em consonância com a idade do cidadão. **Revista de Antropología Experimental.** Universidad de Jaén (España), n 8, Texto 20, p. 275-285, 2008. Disponível em: <<http://www.ujaen.es/huesped/rae/articulos2008/20santos08.pdf>>. Acesso em: 18 set. 2013.

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA. **Base de Dados 2012 a maio 2013.** Paraná.

SENASP. **Curso Nacional de Promotor de Polícia Comunitária / Grupo de Trabalho. Portaria SENASP n. 002/2007.** 3. ed. Brasília – DF: Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. 2008.

SESI. **Redes de Desenvolvimento Local.** Disponível em: <<http://www.sesipr.org.br/desenvolvimento-local/boletim-rdl/News13183content149268.shtml>>. Acesso em: 10 outubro 2013

SKOGAN, Wesley G. (1990), **Disorder and decline: Crime and the spiral of decay in american neighbourhood.** Berkeley and Los Angeles, University of California Press.

SOARES, L. E. **A política nacional de Segurança Pública: histórico, dilemas e perspectivas.** Revista: Estudos avançados, 21(61) 2007.

SUNSHINE, J.; TYLER, T. R. **The Role of Procedural Justice and Legitimacy in Shaping Public Support for Policing,** LAW & Soc'y Rev. n. 513, p. 519-21, 2003.

TEZA, M. J. **Temas de polícia militar: novas atitudes da polícia ostensiva na ordem pública.** Florianópolis. In: CARPES, W. (Org.), Ed. Darwin, 2011. p. 31-40.

WADDINGTON, P.A.G., (1999), **Policing Citizens, London,** UCL Press.

WILLIAMS, E.J. Structuring in community policing: institutionalizing innovative change. **Police Practice and Research,** v. 4, n. 2, p. 119–129. 2003.

.

.